



**Eletrobras**

Distribuição Amazonas

# **Relatório de Administração**

## **Exercício 2015**

Ministério de  
Minas e Energia



## Sumário

<b>1</b>	<b>MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>RESUMO EXECUTIVO.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE.....</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>REGULAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
4.1	AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO .....	13
4.2	REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA .....	14
4.3	REAJUSTE TARIFÁRIO .....	14
4.4	PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE .....	15
4.5	OUIDORIA .....	16
4.5.1	<i>Manifestações Recebidas.....</i>	<i>16</i>
4.5.2	<i>Destaques.....</i>	<i>16</i>
4.6	CONSELHO DE CONSUMIDORES .....	16
<b>5</b>	<b>EXPANSÃO .....</b>	<b>19</b>
5.1	INVESTIMENTOS REALIZADOS .....	19
5.2	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS.....	19
5.3	PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO .....	20
5.4	PROGRAMA LUZ PARA TODOS - PLPT.....	20
5.5	PLANO DE EXPANSÃO – 2016/2018 .....	21
<b>6</b>	<b>COMERCIALIZAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
6.1	ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES .....	24
6.1.1	<i>Atendimento Telefônico e Virtual.....</i>	<i>24</i>
6.1.2	<i>Atendimento Presencial .....</i>	<i>24</i>
6.2	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	24
6.3	INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONSUMIDORES EM 2014 .....	27
6.4	FATURAMENTO BRUTO DE ENERGIA .....	27
6.5	INADIMPLÊNCIA.....	28
6.6	CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA.....	29
6.6.1	<i>Contratos Bilaterais.....</i>	<i>29</i>
6.6.2	<i>Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior .....</i>	<i>30</i>
6.6.3	<i>Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR .....</i>	<i>30</i>
6.7	PERDAS DE ENERGIA ELÉTRICA .....	31
6.7.1	<i>Resultados Alcançados.....</i>	<i>31</i>
6.7.2	<i>Projetos de Regularização.....</i>	<i>33</i>
<b>7</b>	<b>DESEMPENHO OPERACIONAL .....</b>	<b>35</b>
7.1	GLOBAL .....	35
7.2	NA CAPITAL.....	37
7.3	NO INTERIOR .....	38
<b>8</b>	<b>DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO .....</b>	<b>41</b>
8.1	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO .....	41
8.1.1	<i>Receita Operacional .....</i>	<i>41</i>
8.1.2	<i>Deduções à Receita Operacional.....</i>	<i>42</i>
8.2	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	42
8.3	INDICADORES EMPRESARIAIS.....	43
8.4	RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA.....	44
<b>9</b>	<b>PESSOAS .....</b>	<b>46</b>
9.1	COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	46

9.2	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO .....	46
9.3	EDUCAÇÃO CORPORATIVA .....	46
9.3.1	<i>Ações Educacionais Internas</i> .....	46
9.3.2	<i>Ações LUME</i> .....	47
9.3.3	<i>Ações Educacionais Corporativas</i> .....	47
9.3.4	<i>Ações Educacionais Específicas</i> .....	47
9.4	PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO – PCR E SISTEMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO – SGD.....	47
9.5	BENEFÍCIOS E BEM-ESTAR SOCIAL .....	48
9.6	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) .....	48
<b>10</b>	<b>SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>51</b>
10.1	AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE .....	51
10.1.1	<i>Programa de Equidade de Gênero e Raça</i> .....	51
10.1.2	<i>Projeto de Coleta Seletiva</i> .....	51
10.1.3	<i>Projeto Consumo Consciente</i> .....	51
10.1.4	<i>Ações voltadas para a comunidade</i> .....	51
10.2	AÇÕES DE MEIO AMBIENTE .....	53
10.2.1	<i>Licenciamentos Ambientais</i> .....	53
10.2.2	<i>Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental</i> .....	54
10.2.3	<i>Programas e Projetos Ambientais</i> .....	54
<b>11</b>	<b>GESTÃO .....</b>	<b>58</b>
11.1	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS.....	58
11.1.1	<i>Visão, Missão e Valores</i> .....	58
11.1.2	<i>Plano de Negócios</i> .....	58
11.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	58
11.2.1	<i>Assembleia Geral</i> .....	59
11.2.2	<i>Conselho de Administração</i> .....	59
11.2.3	<i>Conselho Fiscal</i> .....	60
11.2.4	<i>Diretoria Executiva</i> .....	60
11.3	AUDITORIA .....	61
11.3.1	<i>Auditoria Interna</i> .....	61
11.3.2	<i>Atividades de Controle Interno</i> .....	61
11.3.3	<i>Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo</i> .....	62
11.4	LEI SARBANES-OXLEY – SOX .....	62
11.5	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	63
11.5.1	<i>Segurança da Informação</i> .....	63
11.5.2	<i>Melhoria de Desempenho</i> .....	63
11.5.3	<i>Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações</i> .....	64
11.6	ESCRITÓRIO DE PROJETOS.....	64
11.7	COMUNICAÇÃO .....	65
<b>12</b>	<b>PRÊMIOS CONQUISTADOS .....</b>	<b>68</b>
12.1	SELO PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA .....	68
12.2	PREMIO NACIONAL DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL CHICO MENDES.....	68
<b>13</b>	<b>BALANÇO SOCIAL .....</b>	<b>70</b>

## ***1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO***

## **1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”, “Amazonas Energia” ou “AmE”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos interessados.

A Amazonas Energia foi conectada ao SIN em 09/07/2013 pela SE Lechuga. Entretanto, segundo a portaria MME nº 258/13, a plena interligação do Sistema Manaus ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) ficou condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas equivalentes às do SIN, conforme regulação da ANEEL. A partir de 01/05/2015 quando foram superadas as limitações técnicas na rede de distribuição, a energia oriunda do SIN passou a ser recebida, em caráter pleno.

Tendo em vista a interligação do sistema isolado da região norte, a AmE foi submetida às restrições previstas no parágrafo 5º do Artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 (“Lei nº 9.074”), segundo a qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica.

Para enquadrar a Empresa à legislação do setor elétrico brasileiro, os administradores da Companhia decidiram por implementar o processo de desverticalização, que consiste na segregação dos ativos e passivos de geração e transmissão da capital das atividades de distribuição de energia para que, ao final, a Eletrobras Holding, controle a nova empresa operacional, criada especialmente para concentrar as atividades de geração e transmissão no Amazonas. Com a desverticalização finalizada, desde o dia 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a Amazonas Geração e Transmissão (“Amazonas GT”) passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de energia térmica gerada pelas usinas de matriz a gás de Aparecida e Mauá, além da UHE-Balbina.

Em 28 de dezembro de 2015 a Eletrobras Holding havia submetido à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) um plano para viabilizar as empresas distribuidoras até o final de 2016, mas todo o assunto relacionado ao tema - com exceção do item referente à Celg, foi retirado de pauta. Portanto, não houve a deliberação do aumento de capital e da autorização para a assinatura da prorrogação do contrato de concessão da AmE. A prorrogação ficará condicionada ao atendimento dos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária.

No ambiente econômico-financeiro, a Companhia apurou prejuízo em suas operações no encerramento do exercício de 2015 no montante de R\$ 2.344 milhões, aumentando o prejuízo acumulado para R\$ 8.971 milhões.

Os principais motivos que levaram ao resultado negativo foram provocados pelos seguintes fatores não gerenciáveis, que representaram em conjunto a 74,5% do total do prejuízo, a saber: i) equacionamento das dívidas de óleo e gás para geração de energia térmica, adquirida junto a Petrobras e Cigás, cuja atualização do direito de ressarcimento e das obrigações com fornecedor resultou no prejuízo financeiro líquido de R\$ 727,5 milhões; ii) reconhecimento de despesas superiores às receitas referente a valores da Parcela A e itens financeiros, saindo de uma receita de R\$ 82 milhões, em 2014, para uma despesa de R\$ 1 milhão em 2015; iii) devolução de R\$ 301,5 milhões ao fundo CCC, decorrente da neutralidade referente à receita excedente auferida com a comercialização de energia no SIN; iv) devolução de R\$ 192,4 milhões ao fundo CCC, decorrente do fator de corte de perdas regulatórias; v) devolução de R\$ 98,2 milhões ao fundo CCC, proveniente do consumo específico de combustíveis; vi) devolução de R\$ 345,4 milhões ao fundo CCC, decorrente do processo de Recontabilização nº 2719 da SE Mauá III.

Outros fatores que contribuíram para a realização do resultado de 2015 estão detalhados em tópicos inerentes, no corpo deste relatório como: aumento das perdas de energia elétrica e da inadimplência.

Registramos que importantes melhorias operacionais implantadas ao longo do ano propiciaram uma evolução positiva nos indicadores DEC e FEC, principalmente na Capital, onde o DEC teve uma melhora de 16% e o FEC de 9%. O Mercado cresceu apenas 1,9%, com destaque para o crescimento da classe residencial na capital e interior do Estado, que foram de 9,4% e 7,6%, respectivamente. A classe Industrial, como consequência do período de baixo crescimento da economia teve uma queda global de 6,5%.

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e às comunidades de nossa área de concessão, pela confiança depositada na Companhia em 2015, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação no desempenho de suas atividades e aos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, cujo apoio e dedicação permitiram à Amazonas Energia cumprir com sucesso sua missão de atender com qualidade e confiabilidade o mercado de energia elétrica do Estado do Amazonas.

A Administração.

## ***2. RESUMO EXECUTIVO***

## **2 RESUMO EXECUTIVO**

A finalidade deste tópico é de apresentar um resumo dos principais assuntos abordados no relatório a seguir descritos, cujos detalhes poderão ser conhecidos durante sua leitura integral.

Os investimentos brutos realizados em 2015 foram da ordem de R\$ 312 milhões. Desse total, R\$ 54 milhões (17%) foram aplicados no sistema de geração, R\$ 4 milhões (1%) no de transmissão, R\$ 154 milhões (49%) no de distribuição, R\$ 81 milhões (26%) no PLpT e R\$ 18 milhões (5%) nos programas de qualidade ambiental e de infraestrutura e apoio.

De forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade do seu Sistema de Distribuição, a Empresa aplicou recursos voltados para a redução das perdas técnicas e comerciais na capital e interior do Estado e para a realização de obras de ampliação, expansão e modernização em linhas e subestações, com destaque para a implantação da SE Compensa 138/13,8 kV – 80 MVA, a energização da LT 138 kV Cachoeira Grande/Compensa – C1 – 10,2 km e a extensão de Rede de 57 km de MT e BT (31,4 km em Manaus e 25,5 km no interior do Estado).

Com um investimento da ordem de R\$ 81 milhões, o Programa Luz para Todos – PLpT, ligou 5.020 unidades consumidoras em 2015. Desde o início da execução do Programa, foram construídos 19.217,13 km de rede de distribuição rural em média e baixa tensão e ligados 106.804 domicílios rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 534.000 pessoas em todo o Estado do Amazonas. O acesso ao uso da energia elétrica, proporcionou a essas comunidades rurais maior conforto doméstico, disponibilização de serviços essenciais antes inexistentes e a possibilidade de maior incremento na criação de emprego e renda. É válido ressaltar que no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 90.678 km de cabos subaquáticos para interligação de 87 comunidades, em 23 municípios.

Dos recursos aplicados no programa de infraestrutura e apoio se sobressaem os voltados para a ampliação e manutenção dos ativos de informática e para a reforma e ampliação das unidades descentralizadas, que propiciaram aos colaboradores um ambiente de trabalho mais confortável e seguro.

No combate às perdas de energia elétrica em 2015, se destacam a realização de 146.285 inspeções técnicas em unidades consumidoras, com a taxa de efetividade de 57%, a conclusão da implantação do projeto de instalação de 985 conjuntos de medição externa e a contratação para implantação da Infraestrutura de Medição Avançada – AMI, subprojeto do Projeto Energia +, que prevê a telemedição de 35.000 unidades consumidoras de baixa-tensão, cujo resultado deverá ser contabilizado em 2016.

Como resultante das diversas ações realizadas no sistema de distribuição da capital e do interior do Estado do Amazonas em 2015, os indicadores DEC Global e FEC Global apresentaram uma queda de 14,9% e 21,7%, respectivamente. O indicador apurado de DEC em Manaus apresentou uma forte redução de 15,6% em relação a 2014, enquanto que o FEC teve uma queda de 9,3%.

A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.717 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2015. A demanda máxima do sistema foi de 1.809 MW, superior 4,5% a realizada no ano anterior. No interior do Estado do Amazonas a Empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 61 municípios e de 44 localidades, composto por 94 usinas termelétricas implantadas nas sedes de 60 municípios e, em 34 localidades.

A Empresa forneceu energia elétrica para 898.965 unidades consumidoras ativas, que consumiram 6.390 GWh em 2015 (1,8% maior que em 2014) gerando um faturamento bruto de R\$ 2,1 bilhões (19% maior que em 2014). Além desses recursos oriundos da comercialização da energia, a Empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 238 milhões da Conta de



Desenvolvimento Energético – CDE e a receita de R\$ 670 milhões da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em 2015 a inadimplência ativa, entendida como o estoque acumulado dos créditos junto aos consumidores no Estado foi de R\$ 289,7 milhões, 54% maior do que a registrada em 2014, decorrente basicamente do impacto do faturamento da bandeira tarifária vermelha em agosto e setembro/2015, que por ser suspenso por decisão judicial por meio de liminar em 14.09.2015, deixou aproximadamente 400 mil faturas em aberto com um valor aproximado de R\$ 40 milhões em débito e ainda contaminou os recebimentos dos meses posteriores e do crescimento da inadimplência de 200% do Poder Público Estadual em relação a 2014.

Os Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento de seu mercado próprio, e os de Eficiência Energética - PEE, com ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica tiveram desenvolvimento regular. Atuando desde o ano 2000, a Empresa possui uma carteira de 43 projetos de P&D, dos quais 37 concluídos e 6 em andamento, com desembolso total de R\$ 37 milhões até 31/12/2015. No tocante aos Projetos de PEE a Empresa possui uma carteira de 28 projetos, com um valor total investido até 31/12/2015 de R\$ 52,7 milhões.

De forma autônoma ou por meio de parcerias estratégicas a Empresa vem desenvolvendo diversos programas socioambientais em observância a Política Ambiental e a Política de Sustentabilidade da Eletrobras, visando à melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental no Estado do Amazonas. Buscando sempre atuar em sintonia com os órgãos de licenciamento ambiental e urbanístico, são realizadas ações permanentes de treinamento, inspeções e auditorias ambientais, prevenção de acidentes, gestão de resíduos, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação de espécies ameaçadas de extinção, de reabilitação e soltura de espécies da fauna, de reflorestamento de áreas degradadas, de monitoramento da qualidade da água e de educação ambiental, que consolidam uma posição de vanguarda no trato das questões ambientais no setor elétrico brasileiro e mundial.

Em relação às ações de sustentabilidade, a Companhia desenvolve projetos e ações que proporcionam geração de renda, promoção de cidadania, preservação ambiental e educação sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica nas comunidades adjacentes a seus empreendimentos. Reafirma seu compromisso com a igualdade e direito de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente empresarial, além de ser signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - resultado da parceria da ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas.

A empresa encerrou o ano de 2015, com 1.736 colaboradores em seu quadro próprio, contando ainda com 96 estagiários e 130 aprendizes. Foram investidos R\$ 2,2 milhões com a realização de 486 ações educacionais, desembolsados R\$ 24,7 milhões para custear a assistência hospitalar, médica e odontológica e gastos R\$ 26,6 milhões com os principais benefícios oferecidos pela Empresa, onde se destaca o Auxílio-Alimentação, com um custo de R\$ 21 milhões.

### ***3. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE***

### **3 PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE**

A economia do Amazonas está diretamente ligada ao Polo Industrial de Manaus – PIM, propulsor do desenvolvimento regional. Entretanto, 2015 foi um ano difícil para a economia brasileira que impactou a geração de emprego no parque industrial, fechando em dezembro com 87.677 postos de trabalho, entre mão de obra efetiva, temporária e terceirizada. A média mensal de 2015 ficou estabelecida em 104,7 mil empregos. Em 2014 o PIM alcançou em média 122 mil empregos.

Em 2015 o faturamento global do PIM alcançou R\$ 78,4 bilhões, contra o recorde de R\$ 87,2 bilhões do ano anterior. Em dólar, os US\$ 23.8 bilhões alcançados, em 2015, representaram uma queda de 35,75% na comparação com o ano de 2014 (US\$ 37.1 bilhões). É válido ressaltar que ocorreu uma valorização de 41,2% da moeda americana em relação ao real, comparando-se o valor médio do ano de 2015 (R\$ 3,32) com o do ano de 2014 (R\$ 2,35).

O polo eletroeletrônico continua sendo o maior segmento, responsável pelo resultado global do PIM, com R\$ 23,2 bilhões (US\$ 7.05 bilhões), respondendo por 29,59% do total. Em seguida estão os segmentos de duas rodas, com 16,73% de participação, e o de bens de informática, com 15,55%.

A crise econômica brasileira tem causado retração nas atividades econômicas em geral, inclusive no nível de emprego, de tal forma que o Produto Interno Bruto do país teve crescimento negativo de 3,8% em 2015.

Apesar da situação, o modelo de incentivos fiscais do Amazonas permanece o mais vantajoso por dois motivos. O primeiro é a prorrogação dos incentivos fiscais até 2073, o que garante tempo para maturação de investimentos de médio e longo prazo. O segundo é o eminente fim da guerra fiscal entre os Estados brasileiros, o que vai assegurar a exclusividade da concessão de ICMS menor ao Amazonas. Apesar do clima de cautela, os empresários tem demonstrado confiança na Zona Franca de Manaus, como comprova a instalação da maior fabricante brasileira do setor de computadores, a Positivo Informática, com sua nova matriz em Manaus, e geração de 300 empregos diretos.

A capital concentra 82% do Produto Interno Bruto – PIB do Amazonas, que em 2015 foi de R\$ 92,3 bilhões (equivalente a 1,6% do PIB nacional) superior 16,5% ao PIB de 2014 (R\$ 79,3 bilhões). A quase totalidade da produção fabril é direcionada ao mercado nacional (95%), cuja demanda regional depende do mercado de trabalho, mercado de crédito e das transferências institucionais, com as variações nas transações comerciais repercutindo no ritmo da economia local. A condução da política econômica do Governo tem causado retração do consumo, principalmente pelo aumento do desemprego, oneração fiscal e tarifária e dificuldade no repasse de recursos federais aos estados e municípios.

Entretanto, permanecem presentes as expectativas positivas sobre o que poderá ocorrer nas atividades socioeconômicas do Estado do Amazonas nos anos vindouros, pois já existem vários empreendimentos à espera de oportunidade para que sejam efetivamente realizados, inclusive com grande potencialidade de sucesso: i) a operação da ponte Rio Negro tem facilitado o desenvolvimento dos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Ayrão e demais regiões do rio Solimões, seja no intercâmbio comercial, na logística de carga e produtos nativos, no turismo doméstico e ecológico, na ocupação imobiliária, na criação de assentamentos produtivos com escoamento eficiente, e na descoberta de novas demandas de serviços e oportunidades; ii) apesar da indefinição jurídica com as instituições de defesa ambiental, o Polo Industrial Naval de Manaus em toda a cadeia produtiva estima gerar 20 mil empregos, gozará dos benefícios da Zona Franca de Manaus – ZFM e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tornando-se a nova matriz econômica da região, com implantação prevista para os anos vindouros; iii) a retomada da construção da BR-319 (Manaus-Porto Velho), cujo funcionamento minimizará os custos no fluxo de mercadorias para o resto do país, especialmente para o escoamento da manufatura do PIM; iv) a recepção em plena carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), através da linha de transmissão de 500 kV Tucuruí-Manaus ocorrida em julho de 2013, consolidando a oferta de energia na capital e nos municípios ligados

à rede de distribuição; v) a consolidação da matriz energética do gás natural nas termelétricas da região e nas linhas de produção das indústrias do PIM, com os ganhos de produtividade absorvendo os custos tarifários e de adequação dos equipamentos; e vi) os investimentos estaduais nos sete municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), em infraestrutura necessária ao desenvolvimento e incentivo na produção regional, levando em conta a vocação natural e a potencialidade econômica das localidades.

A projeção dos requisitos de energia e demanda para o período 2016/2025, se baseou nas perspectivas de expansão moderada da economia amazonense descritas acima, apresentando um crescimento médio anual de 4% para a energia requerida e de 3,97% para a demanda, que exigirá investimentos constantes da Amazonas Energia, de forma a ofertar ao mercado uma prestação de serviço com qualidade e confiabilidade.

Requisitos	Energia (GW) Demanda (MW)										Crescimento Médio Anual (%)
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Energia	10.696	11.119	11.509	12.118	12.602	13.096	13.598	14.115	14.647	15.183	4
Demanda	1.900	1.976	2.049	2.158	2.246	2.337	2.430	2.527	2.628	2.732	3,9

## ***4. REGULAÇÃO***

## **4 REGULAÇÃO**

### **4.1 Ambiente Regulatório da Concessão**

Em 03 de junho foi sancionado o Decreto nº 8.461/2015, contendo a regulamentação para a renovação das concessões das empresas de distribuição de energia elétrica. Segundo o Decreto, o Ministério de Minas e Energia poderá prorrogar as concessões por até 30 anos, com vistas a atender os critérios de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, à eficiência com relação à gestão econômico-financeira e à modicidade tarifária.

De acordo com o Decreto a prorrogação dependerá da aceitação expressa, pela concessionária, das condições estabelecidas no termo aditivo ao contrato de concessão. Dentre os requisitos para a renovação, os relacionados à qualidade de energia serão medidos pelos indicadores Coletivos de Continuidade (DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Em relação à eficiência econômica das distribuidoras, serão acompanhados os indicadores que apontem sua capacidade de honrar os compromissos financeiros de forma sustentável.

O decreto estabelece ainda que as concessões não prorrogadas, ou que tenham sido objeto de extinção serão licitadas conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Essa licitação será realizada sem reversão prévia dos bens, e a indenização paga para a antiga concessionária por investimentos nos bens reversíveis será calculada com base no valor novo de reposição e considerando a entrada em operação das instalações.

Segundo o art. 7º e o § 2º do Art. 11, da lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências:

*“Art. 7º A partir de 12 de setembro de 2012, **as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.**”*

*“§ 2º do Art. 11 A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo **até 30 (trinta) dias contados da convocação** (grifo nosso).”*

As Empresas de Distribuição da Eletrobras foram convocadas por meio da publicação de Despacho do MME no dia 30/11/2015. Ocorre que em 28 de dezembro de 2015 foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, Medida Provisória nº 706 alterando a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Segundo o Art. 1º da Medida Provisória nº 706/2015, o § 2º do Art. 11, da Lei nº 12.783/2013, passou a vigorar com a seguinte alteração:

*“§ 2º do Art. 11 A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo **no prazo de até duzentos e dez dias, contado da convocação** (grifo nosso).”*

Assim, em 29 de dezembro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho do MME tornando sem efeito o Despacho de convocação anterior e outro Despacho do MME convocando as Distribuidoras, nos termos da nova redação do § 2º do art. 11, da Lei nº 12.783, para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no prazo máximo de duzentos e dez dias, a partir da data da publicação deste Despacho. Desta forma, a Companhia terá um prazo até 26/07/2016 para assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.

## **4.2 Revisão Tarifária Extraordinária**

Entre os meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, diversas distribuidoras solicitaram que a ANEEL instaurasse processo administrativo para analisar a existência de desequilíbrio econômico e financeiro de seus Contratos de Concessão. No total, 62 concessionárias de distribuição de energia elétrica apresentaram pleito de Revisão Tarifária Extraordinária – RTE.

Isso ocorreu em virtude de uma série de eventos que impactaram ou iriam impactar sobremaneira os custos das Distribuidoras, não previstos nas tarifas de energia elétrica, tais como: os custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo – MCP, risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF, Encargo de Serviço do Sistema, Tarifa de Itaipu, preço do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste e quota de CDE do ano de 2015.

Esses eventos conduziram a um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão de Distribuição, que foram suficientes para motivar uma revisão tarifária extraordinária das tarifas, com base no que prevê esses mesmos Contratos e a Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

Assim, a Diretoria da ANEEL deliberou em 27 de fevereiro a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 58 concessionárias de distribuição. O efeito médio percebido pelos consumidores, ponderado pela receita das distribuidoras, foi de 23,4% e os novos índices tiveram sua vigência a partir de 02 de março de 2015.

Das empresas de Distribuição da Eletrobras apenas a Amazonas Energia e a Boa Vista Energia não tiveram RTE por não participarem, neste cenário, do rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e por terem impacto limitado da compra de energia, pois estavam no sistema isolado.

## **4.3 Reajuste Tarifário**

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que, anualmente, o valor da energia paga pelo consumidor deve ser atualizado. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela Agência, pode ser positiva ou negativa, ocorrendo na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas (A e B). Na parcela A, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados. Na parcela B, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e de outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2015 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de novembro/2015 a novembro/2016 foi publicado através da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.980, de 27/10/2015, cujo efeito médio percebido pelo consumidor cativo é apresentado a seguir:

<b>Grupo de Consumo</b>	<b>Varição Tarifária (%)</b>
Alta Tensão >2,3 kV	42,55
BT – Baixa tensão < 2,3 kV	39,10
<b>Efeito médio geral</b>	<b>40,54</b>

Posteriormente à homologação do Reajuste Tarifário, o Ministério Público do Estado do Amazonas juntamente com outros Órgãos de defesa do consumidor, ingressaram em 04/11/2015 com a Ação Civil Pública nº 15503-74.2015.4.01.3200, em desfavor da Amazonas Distribuidora de Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pleiteando, além de outras solicitações, o cancelamento do reajuste tarifário 2015, com pedido de liminar para suspensão da cobrança. A liminar foi deferida, em 16/11/2015, determinando a suspensão de qualquer cobrança nas faturas de energia elétrica, com base nos padrões reajustados de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.980, de 27/10/2015, com fixação de multa diária por descumprimento, no valor de R\$ 100.000,00.

Em 15/01/2016 o Agravo de Instrumento nº 0067750-29.2015.4.01.0000/AM foi deferido, o qual concedeu a Amazonas o direito de efetuar o reajuste de suas tarifas, bem como efetuar a cobrança do retroativo, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### **4.4 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Projetos de Eficiência Energética – PEE**

Em consonância com as diretrizes da Agência Reguladora, os Projetos de P&D desenvolvidos pela Amazonas Energia estão direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento ao seu mercado próprio. Já os de Eficiência Energética - PEE estão voltados para ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica. O quadro a seguir mostra a situação em 31/12/2015 dos investimentos nos Programas relativos ao P&D e PEE:

Projetos	Recursos – R\$ mil			
	Limite Regulatório	Saldo Contábil a Aplicar em Novos Projetos	Saldo de Projetos em Andamento	Valores a aplicar em Novos Projetos 2016
PEE	27.767	50.141	267	63.236
P&D	11.107	18.329	3.358	8.725

A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de P&D desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 43 projetos, dos quais 37 já foram concluídos (R\$ 32.598 mil) e 6 estão em andamento (R\$ 4.428 mil), com desembolso total de R\$ 37.026 mil até 31/12/2015.

Do total de projetos em andamento, 01 é voltado para a tipologia segurança, 01 para o meio ambiente, 01 direcionado para a qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica, 02 para medição, faturamento e combate às perdas comerciais e 01 para operação de sistemas de energia elétrica.

Os seis projetos são os seguintes: i) Desenvolvimento de um Sistema Inteligente para Determinação dos Impactos Harmônicos de Múltiplos Consumidores Industriais nas redes de distribuição de energia elétrica; ii) AVAW - Alicates Voltímetro, Amperímetro e Wattímetro para rede de distribuição de Baixa e Média Tensão até 35Kv; iii) Desenvolvimento de conjunto blindado para conexão de condutores de energia elétrica; iv) Recuperação de Mercado - Energia Segura com Inibidores de Furtos; v) Projeto de P&D Evolução das Provas de Conceito do Projeto Smart Grid Parintins; e vi) Fornecimento de licenças e serviços de desenvolvimento de interfaces entre o sistema MECE, o sistema comercial da Amazonas Energia (Ajuri) e os sistemas de medição avançada instalados pelo Projeto Parintins.

A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de PEE desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 28 projetos (18 na capital e 10 no interior do Estado do Amazonas). O valor total gasto com projetos de PEE, até 31/12/2015, foi de R\$ 52.680 mil.



Em cumprimento as normas estabelecidas pela ANEEL, cerca de 99% dos recursos aplicados pela empresa nos projetos de PEE em 2015 foram direcionados para os de tipologia Baixa Renda (BR) e 1% apenas para projetos de tipologia Poder Público (PP). Vale a pena ressaltar, que para o desenvolvimento de todos os projetos de PEE está prevista a destinação final e manufatura reversa dos materiais substituídos, em consonância com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS.

## **4.5 Ouvidoria**

### **4.5.1 Manifestações Recebidas**

As manifestações recebidas em 2015 através dos canais de acesso (site, telefone, e-mail, correspondência, atendimento presencial e Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL), resultaram em 5.885 registros para tratamento e acompanhamento, sendo 4.711 manifestações efetuadas diretamente na Ouvidoria da Concessionária (entre externas e internas) e 1.174 encaminhadas pela ANEEL, representando um acréscimo de 67,8% quando comparado ao exercício de 2014, que totalizou 3.507 registros.

<b>Canal de Acesso</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Varição 15/14 (%)</b>
Amazonas Energia	2.352	4.711	100,3
ANEEL	1.151	1.174	2,0
Ouvidorias Demandas Internas	4	0	-
<b>Total</b>	<b>3.507</b>	<b>5.885</b>	<b>67,8</b>

### **4.5.2 Destaques**

**i)** a Ouvidoria recebeu novos equipamentos de informática proporcionando maior agilidade no atendimento aos clientes e no serviço realizado pelos colaboradores **ii)** foram convocados dois colaboradores aprovados em concurso público, reforçando a equipe através da primarização, mantendo o quantitativo da Ouvidoria adequada à Resolução Normativa n.º 470/2011, da ANEEL; **iii)** Importantes participações nos eventos “Encontro Nacional dos Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica”, “Reuniões do Fórum Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico” e “XIV Encontro Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico”; **iv)** apoio às ações do Conselho de Consumidores com participação nos Encontros Regionais e Nacionais e nas reuniões dirigidas aos secretários e presidentes, promovidas pela ANEEL; **v)** contínuo monitoramento das demandas registradas no Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, controlado pela Controladoria Geral da União - CGU, em atendimento à Lei n.º 12.527/2011 e **vi)** execução de ações voltadas para a consecução das metas e indicadores, estabelecidos no planejamento estratégico empresarial e no Plano de Resultado apresentado à ANEEL em 2015.

## **4.6 Conselho de Consumidores**

O Conselho de Consumidores da Amazonas Energia é uma entidade de caráter consultivo, não remunerado e sem personalidade jurídica, composto por cinco membros titulares e cinco suplentes indicados por entidades representativas das classes de consumidores (residencial, comercial, rural, industrial e poder público). Vale destacar que seu principal objetivo é representar os interesses dos consumidores junto à Concessionária e aos segmentos destas classes.

O Conselho, constituído e organizado em conformidade com a Resolução Normativa n.º 451/2011, durante o ano de 2015 participou dos seguintes eventos: “Encontros Regionais dos Conselhos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste”, “Encontro Nacional de Conselho de Consumidores de Energia” realizado em Vitória-ES, “2ª Reunião com Presidentes e Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia”, promovido pela ANEEL; “2º Encontro Nacional por Classes de Conselho de Consumidores” promovido pela ANEEL. Participou como convidado na entrega do Prêmio IASC 2015 realizado em Brasília-DF em novembro de 2015. O Conselho de Consumidores participou do evento de Mobilização Social 2015, realizado no dia

12/09/2015 em Manaus-AM pela Amazonas Energia, com o objetivo de promover ações de cidadania, oferecendo diversos serviços gratuitos, ações sociais, construindo um melhor relacionamento com a comunidade.

## **5. EXPANSÃO**

## 5 EXPANSÃO

### 5.1 Investimentos Brutos Realizados

Desde 2008, quando a Eletrobras centralizou a gestão de suas empresas de distribuição, até 2014, a Amazonas Energia realizou investimentos que totalizaram R\$ 3.750 milhões. Em 2015 a empresa investiu o montante de R\$ 312 milhões, valor 24% menor que o realizado no ano anterior, sendo 75% desse total destinado aos Programas de Distribuição e Luz Para Todos.

Em 01 de julho de 2015 o processo de desverticalização foi concluído, ficando as atividades de Geração e Transmissão da capital sob a responsabilidade de uma nova empresa denominada Amazonas GT, desta forma os valores investidos, decorrentes das atividades de geração e transmissão, estão contemplados até junho de 2015. Os investimentos realizados no período de 2008 a 2015 estão apresentados na tabela a seguir:

Investimentos Brutos Realizados 2008/2015 – R\$ milhões (1)										
Programas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (%) 15/14	% de Participação 2015
Geração	115	56	137	100	280	548	52	54	4	17
Transmissão	41	74	37	98	54	82	41	4	- 90	1
Distribuição	53	74	102	133	274	296	176	154	- 13	49
Luz Para Todos	26	92	165	139	114	99	126	81	- 36	26
Qualidade Ambiental	-	-	-	-	-	-	4	1	- 75	0
Infraestrutura de Apoio	1	15	49	34	29	20	14	17	21	5
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>311</b>	<b>490</b>	<b>504</b>	<b>751</b>	<b>1.045</b>	<b>413</b>	<b>312</b>	<b>- 24</b>	<b>100</b>

(1) inclui todos os tributos.

Visando garantir a continuidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amazonas, a Empresa investiu R\$ 54 milhões no Programa de Geração em 2015. Parte dos recursos foi direcionada para a continuação das obras de implantação da UTE Mauá 3 e o restante para a manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica do Estado do Amazonas e ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica no interior do Estado. Na transmissão se destaca a realização do seccionamento do circuito 2 da LT 230 kV Lechuga/Manaus. Já no Programa de Distribuição a Amazonas Energia investiu o montante de R\$ 154 milhões, valor 13% inferior ao investido em 2014.

Em 2015 a Empresa investiu R\$ 1 milhão na preservação e conservação ambiental em empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. Já na manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento e na manutenção e adequação de bens móveis e imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, foi investido um montante de R\$ 17 milhões. Para a ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Amazonas (Programa Luz Para Todos), foi realizado em 2015 um investimento no montante de R\$ 81 milhões.

### 5.2 Principais Empreendimentos Executados

Os recursos investidos foram direcionados de forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade de seu sistema de distribuição, bem como a execução de ações voltadas para a redução dos indicadores DEC, FEC, TMAE e do índice de perdas na capital e no interior do Estado. Neste sentido, foram executadas obras e serviços para a ampliação, modernização, adequação e manutenção de subestações e redes de distribuição, onde se destacam:

- i. Implantação da SE Compensa 138/13.8 kV – 80 MVA;
- ii. Energização da LT 138 kV Cachoeira Grande/Compensa – C1 – 10,2 Km;
- iii. Substituição de 1 Trafo de 13,3 MVA por 1 Trafo de 26,6 MVA na subestação Iranduba;
- iv. Extensão de 6,38 km de alimentadores em Subestações Existentes de 69 kV;

- v. Recondução de 4,12 km de alimentadores – Subestações de 69 kV Existentes;
- vi. Extensão de redes de distribuição (MT e BT) – 57 km, sendo 31,4 km em Manaus e 25,5 km no interior do Estado;
- vii. Regularização de Consumidores Clandestinos – 5.361 UCs, sendo 4.143 UCs em Manaus e 1.218 UCs no interior do Estado;
- viii. Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – 04 empreendimentos, sendo 02 em Manaus e 02 no interior do Estado (Itacoatiara e Iranduba).

Além das ações citadas acima, ressaltamos a importância da aquisição de 03 (três) terrenos para a construção de Subestações de 138/13,8 kV nos municípios de Silves, Itapiranga e Itacoatiara.

Salientamos ainda, que no exercício de 2015, foram iniciados os processos licitatórios para a implantação de 8 novos empreendimentos constantes no plano de obras da expansão com entrada em operação prevista para 2016/2017.

### **5.3 Projetos de Regularização**

i) “Projeto de Digitalização e Qualidade de Energia - Projeto Energia +”: O projeto tem como objetivo melhorar o desempenho econômico-financeiro do negócio de distribuição, alcançando os níveis regulatórios. Contempla a instalação de 333 religadores automáticos trifásicos, 25 bancos reguladores trifásicos de tensão e 130 bancos de capacitores nas redes de distribuição da Amazonas Energia. A etapa de instalação iniciou em 2014, onde foram instalados 61 religadores, 12 banco de reguladores e 101 bancos de capacitores, resultando num total de 174 equipamentos. Em 2015, ano de encerramento do projeto, foram instalados mais 262 equipamentos, sendo 228 religadores, 07 banco de reguladores e 27 bancos de capacitores, totalizando um percentual de realização física final de 89%;

ii) “Projeto de Regularização de unidades consumidoras clandestinas, em áreas com PNT>50% – Projeto Energia +”: O projeto tem como objetivo a execução de reforma, adequação e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica, em média e baixa tensão, com a instalação de ramal de ligação e padrão do consumidor, para regularização de 40.488 consumidores clandestinos, situados em áreas do perímetro urbano da cidade de Manaus, que apresentem perdas não técnicas maiores que 50%. No ano de 2015 foi iniciada a etapa de obras, sendo executados 12,04 km de reforma de rede em média tensão, 52,89 km de baixa tensão e construção de 5,50 km rede de média tensão, com percentual de realização física de 18,47%. A etapa de regularização dos consumidores clandestinos terá início em 2016.

### **5.4 Programa Luz Para Todos - PLpT**

O Programa Nacional da Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica – PLpT, foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 4.873 de 11 de novembro de 2003. Sua execução foi prorrogada até 31/12/2018, por meio de Decreto Lei nº 83.387, de 30 de dezembro de 2014, de forma a propiciar o atendimento dos brasileiros da zona rural que ainda não tinham acesso aos serviços de energia elétrica. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobras e das Empresas Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

Devido às peculiaridades da área de concessão da Amazonas Energia, principalmente as associadas à sua geografia econômica, dimensões territoriais continentais, logística de transportes e dificuldades de acesso, a execução do programa está requerendo um grande esforço de todos os setores da Companhia, envolvidos na execução do Programa, no sentido de que as dificuldades específicas dessa região sejam gradativamente superadas e as metas propostas sejam alcançadas.

Diversas ações são necessárias antes da execução das obras, dentre as quais se destacam: o levantamento técnico georeferenciado das localidades a serem atendidas, a fim de que seja

definida a forma de atendimento mais adequada (rede de distribuição, geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativas) e a execução de estudos dos impactos ambientais das obras para a obtenção de licença de implantação dos projetos junto aos órgãos competentes. Ao final da execução das obras, são elaborados os cadastros de todas as unidades atendidas e os *as-built* de todas as construções, que são inseridos nos sistemas corporativos, destacando-se ainda as ações da fiscalização e o acompanhamento das obras.

Dentre as novas tecnologias necessárias para vencer as adversidades da Amazônia, a utilização dos cabos subaquáticos para realização de travessias de rios e lagos de grandes extensões ou de intensa navegação, tem se mostrado uma ótima alternativa em substituição a construção de novas usinas térmicas ou à instalação de torres. Seu uso tem possibilitado o atendimento de comunidades consideradas remotas (isoladas das isoladas) e, ao mesmo tempo, garantido a segurança da navegação e da população ribeirinha. Cabe ressaltar que este tipo de obra requer autorização da Marinha do Brasil, responsável pelo policiamento da costa brasileira e das águas interiores. Por essa razão, os projetos das travessias são elaborados em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e, com as normas da Marinha do Brasil (NORMAN), sendo submetidos à aprovação da mesma, antes das execuções das obras. No âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 90.678 km de cabos subaquáticos para interligação de 87 comunidades, em 23 municípios.

No âmbito do PLpT da Amazonas Energia, foi projetada e executada a construção de 12 (doze) Mini-usinas Fotovoltaicas com Minirredes associadas, e com um sistema inédito no Brasil, à época, de venda da energia para as unidades, utilizando o modelo de pré-pagamento. Foram atendidas 212 unidades consumidoras, distribuídas nas seguintes comunidades: Aracari, Sobrado e Bom Jesus do Puduari (município de Novo Airão); Terra Nova (município de Barcelos); Nossa Senhora do Carmo (município de Beruri); São Sebastião do Rio Preto (município de Autazes); Mourão e Santo Antônio (município de Eirunepé) e Santa Maria, São José, Santa Luzia e Nossa Senhora de Nazaré (município de Maués).

A Amazonas Energia elaborou um Projeto de Referência para atender 74 comunidades localizadas nos Municípios de Barcelos e Carauari, que serão atendidas por meio de mini-usinas, cujo projeto se encontra em fase de habilitação técnica na Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foi elaborado o Termo de Referência para localização e identificação dos domicílios situados em regiões remotas em 4 calhas (Rio Negro, Madeira, Médio Solimões e Purus) do Estado do Amazonas, a fim de realizar o planejamento e os projetos de referência para o atendimento dessas comunidades que ainda não possuem acesso ao uso da energia elétrica.

Cabe destacar que, no ano de 2015 a Amazonas Energia, através do Programa Luz para Todos, construiu 1.086 km de rede elétrica, atendendo 5.020 domicílios em 153 comunidades. Foram beneficiadas 101 escolas, 05 postos de saúde, 12 poços artesianos, 06 centros sociais, 05 projetos de assentamentos e 13 comunidades indígenas.

O quadro a seguir demonstra o resumo físico das obras realizadas pelo Programa desde o início de sua execução (2004 – 2015).

Quantidade de Obras	Domicílios		Extensão da Rede (km)			Postes	Nº de Transformadores	Potência Instalada (kVA)
	Em 2015	Até 2015	MT	BT	Total			
3.081	5.020	106.804	18.360,52	856,62	19.217,13	220.022	49.484	261.473

## 5.5 Plano de Expansão – 2016/2018

No quadro a seguir, estão relacionadas as principais obras previstas para expansão do Sistema de Distribuição, que além de garantir a melhoria na confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia, promoverão também o reforço necessário ao sistema existente.

---

**Expansão do Sistema de Distribuição – 2016**

---

Implantar SE Manauara 69/13,8 kV 1° e 2° TF - 2x26,6 MVA - 8 saídas de alimentadores 13,8 kV.

---

**Expansão do Sistema de Distribuição – 2017**

---

Substituir na SE Mauá Três 138/69 kV 3 ATRs 138/69 kV - 150 MVA com defasagem angular; ampliar SE Mauá Três 138/69 kV - 4° ATR 138/69 kV - 150 MVA; seccionar as LTs na SE Mauá Três - 5xEL 69 kV; ampliar a SE Compensa 138/13,8 kV - 3° TF - 1x40 MVA - 9 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Cachoeira Grande 138/13,8 kV (Ampliação) - 4° TF - 1x40 MVA - 9 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Cachoeirinha 69/13,8 kV (Ampliação) - 4° TF - 1x26,6 MVA - 10 saídas de alimentadores 13,8 kV; implantar a SE Centro 138/13,8 kV - 1°, 2°, 3° e 4° TF - 4x40 MVA - 24 saídas de alimentadores 13,8 kV; seccionar a LT Cachoeira Grande / Compensa) - 2x795 MCM para atender a SE Centro; ampliar a SE Marapatá 69/13,8 kV - 3° TF - 1x26,6 MVA - 5 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar SE Marapatá 69/13,8 kV - entrada de Linha 69 kV - 1xEL; implantar a LT 69 kV Marapatá / Consumidor Espaciais - CS - 1x954 MCM ampliar a SE V8 69/13,8 kV - substituição 2 TF 13,3 MVA por 2 TF 26,6 MVA - 9 saídas de alimentadores 13,8 kV; implantar a SE Itacoatiara 138/13,8 kV - 1° e 2° TF - 2x40 MVA - 8 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Silves (MTE) - 2xEL 138 kV - BPT para atender a SE Itacoatiara; implantar a LT 138 kV Silves (MTE) / Itacoatiara - CD - 1x477 MCM - 65 km; implantar a SE Distrito Três 138/13,8 kV - 1°, 2° e 3° TF - 3x40 MVA - 21 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Jorge Teixeira - 2xEL 138 kV - BPT para atender a SE Distrito Três; implantar a LT 138 kV Jorge Teixeira / Distrito Três - CD - 2x795 MCM - 4,1 km; implantar a SE Rio Preto da Eva 138/13,8 kV - 1° e 2° TF - 2x20 MVA - 4 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Lechuga (500/230/138 kV) - 1x EL 138 kV - BPT para atender a SE Rio Preto da Eva; implantar a LT Lechuga / Rio Preto da Eva - CS - 1x477 MCM - 55 km; implantar a SE Silves Dois 138/13,8 kV - 1° TF - 1x5/7,5 MVA - 2 saídas de alimentadores 13,8 kV; Ampliar a SE Silves (MTE) - 1xEL - BPT - 138 kV para atender a SE Silves Dois; implantar a LT 138 kV Silves / Silves Dois - CS - 1x477 MCM - 10 km; implantar a SE Itapiranga 138/13,8 kV - 1° e 2° TF - 2x5/7,5 MVA - 4 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Silves Dois - 1xEL - BPT 138 kV para atender a SE Itapiranga; implantar a LT 138 kV Silves Dois / Itapiranga - CS - 1x477 MCM - 21 km

---

**Expansão do Sistema de Distribuição – 2018**

---

implantar a SE Iranduba Dois 138/69/13,8 kV - 1° TF 138/69 kV - 50 MVA e 1° TF - 1x40 MVA 138/13,8 kV - 7 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Compensa - 1xEL 138 kV - BPT para atender a SE Iranduba Dois; implantar a LT 138 kV Compensa / Iranduba Dois - CS - 1x795 MCM - 15,5 km; implantar trecho LT 138 kV Compensa / Iranduba Dois - Cabo Subaquático XLPE 630 mm<sup>2</sup> - 4,5 km; implantar a SE Manacapuru Dois 138/13,8 kV - 1° TF - 1x40 MVA - 7 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Iranduba Dois - 1xEL 138 kV - BPT para atender a SE Manacapuru Dois; implantar a LT 138 kV Iranduba Dois/Manacapuru Dois - CS - 1x795 MCM - 70 km; implantar a SE Amazonas 138/69/13,8 kV - 1° e 2° TF 138/69 kV - 150 MVA e 1°, 2° e 3° TF - 3x40 MVA 138/13,8 kV - 21 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Lechuga - 2xEL 138 kV - BPT para atender a SE Amazonas; ampliar a SE Santo Antônio - 1xEL 69 kV - BPT para implantar a LT Amazonas / Santo Antônio; implantar a LT 138 kV Lechuga / Amazonas - CD - 2x795 MCM - 3,4 km; implantar a LT 69 kV Amazonas / Santo Antônio - CS - 1x1272 MCM - 16 km; implantar a LT 69 kV (Seccionamento) LT Manauara / Cidade Nova - C1 - 1x954 MCM - 0,5 km; implantar a SE Parintins Dois 138/13,8 kV - TF 1° e 2° - 2x40 MVA - 10 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Parintins - 2xEL - BPT - 138 kV para atender a SE Parintins Dois; implantar a LT 138 kV Parintins / Parintins Dois - cabo 1x795 MCM - CD - 1 km; implantar a SE Parque Dez 138/13,8 kV - 1°, 2° e 3° TF - 3x40 MVA - 21 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Cachoeira Grande - 2xEL - BPT - 138 kV para atender a SE Parque Dez; implantar a LT 138 kV Cachoeira Grandes/ Parque Dez - CD - 2x795 MCM - 4,5 km; implantar a SE Distrito Quatro 138/13,8 kV - 1°, 2° e 3° TF - 3x40 MVA - 21 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Mauá Três - 2xEL - BPT - 138 kV para atender a SE Distrito Quatro; implantar a LT 138 kV Mauá Três/ Distrito Quatro - CD - 2x795 MCM - 3 km; implantar a SE Santa Etelvina 138/13,8 kV - 1°, 2° e 3° TF - 3x40 MVA - 21 saídas de alimentadores 13,8 kV; ampliar a SE Amazonas - 2xEL - BPT - 138 kV para atender a SE Santa Etelvina; implantar a LT 138 kV Amazonas / Santa Etelvina - CD - 2x795 MCM - 7,9 km; implantar a SE Ariaú - TF 1° 1x13,3 MVA - 4 saídas de alimentador 13,8 kV; implantar a SE Cacau Pirera - TF 1° 1x13,3 MVA - 4 saídas de alimentador 13,8 kV.

---

Além das obras de expansão de linhas de distribuição e subestações, serão também realizados serviços anuais de expansão e melhoria no segmento de Média Tensão – MT e Baixa Tensão – BT, com a utilização de cabos isolados e tecnologia em *Spacer Cable*, instalação de equipamentos especiais, tais como: capacitores, reguladores de tensão e religadores automatizados, visando atender com qualidade e continuidade o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

## **6. COMERCIALIZAÇÃO**



## **6 COMERCIALIZAÇÃO**

### **6.1 Atendimento aos Consumidores**

Conforme estabelece a regulamentação da ANEEL, a Amazonas Energia disponibiliza aos seus clientes diversas formas de atendimento, tanto na capital quanto no interior do Estado. Presencialmente a Empresa disponibiliza as agências e os postos de atendimentos ao cidadão, atendimento telefônico (0800) e virtual, por meio da *Internet*.

#### **6.1.1 Atendimento Telefônico e Virtual**

Os serviços de atendimento realizados por meio do telefone ou da internet, tem como principal característica a sua disponibilidade ininterrupta, ou seja, podem ser utilizados durante qualquer hora do dia. Essa prática de atendimento tem, ao longo dos últimos anos, proporcionado comodidade, assim como a redução da quantidade dos atendimentos físicos e aumentado à interação entre os consumidores e a Companhia. Em 2015, foram realizados 1.406.792 atendimentos, dos quais, 65,24 % foram provenientes da Central de Atendimento. A Companhia disponibiliza o número 0800 701 3001 destinado ao atendimento de todos os clientes. O consumidor pode também se manifestar via internet (Fale Conosco), por meio do acesso ao sítio da Companhia ([www.eletrobrasamazonas.com](http://www.eletrobrasamazonas.com)), que em 2015, foi responsável por 0,2% do total de atendimentos.

#### **6.1.2 Atendimento Presencial**

O atendimento presencial é disponibilizado em todos os municípios do Estado. Em Manaus, esse atendimento é feito pela Agência situada na Rua 10 de Julho, nº 269 – Centro, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 16h00min, e vem recebendo sucessivas melhorias na sua capacidade de atendimento e no conforto oferecido aos seus clientes. O atendimento, também pode ser realizado nos PAC's (Pronto Atendimento ao Cidadão) localizados na Alameda Cosme Ferreira, nº 8.047 - São José e Av. Noel Nutels, 1350 - Cidade Nova, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min as 17h00min.

No ano de 2015 foram realizados 172.942 atendimentos na capital, sendo 82% para demanda de serviços e 18% para reclamações referentes a não recebimento de fatura, aumento do consumo e outros.

É importante frisar que o Posto PAC Cidade Nova desempenhou suas atividades até o dia 26/10/2015, sendo reinaugurado no Shopping Sumaúma em 25/11/2015. No segundo semestre de 2015 foram inaugurados quatro novos Postos de Atendimento Presencial, todos funcionando das 08:00h às 16:00h de segunda a sexta-feira e localizados nos seguintes endereços:

- i. PAC do Via Norte Shopping, Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3760 – Monte das Oliveiras, inaugurado no dia 02/10/2015;
- ii. PAC do Parque 10 Mall, Rua Lindon Johnson, nº 55 - Parque 10, inaugurado no dia 26/10/2015;
- iii. PAC Leste, Av. Autaz Mirim, nº 288 – Tancredo Neves, inaugurado no dia 26/10/2015;
- iv. PAC do Shopping Sumaúma Park Shopping, Av. Noel Nutels, nº 1762 – Cidade Nova, inaugurado no dia 25/11/2015.

### **6.2 Fornecimento de Energia Elétrica**

A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.717 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2015, superior em 4,4% a ocorrida em 2014. A demanda máxima do sistema foi de 1.809 MW, superior 4,5% a realizada no ano anterior.

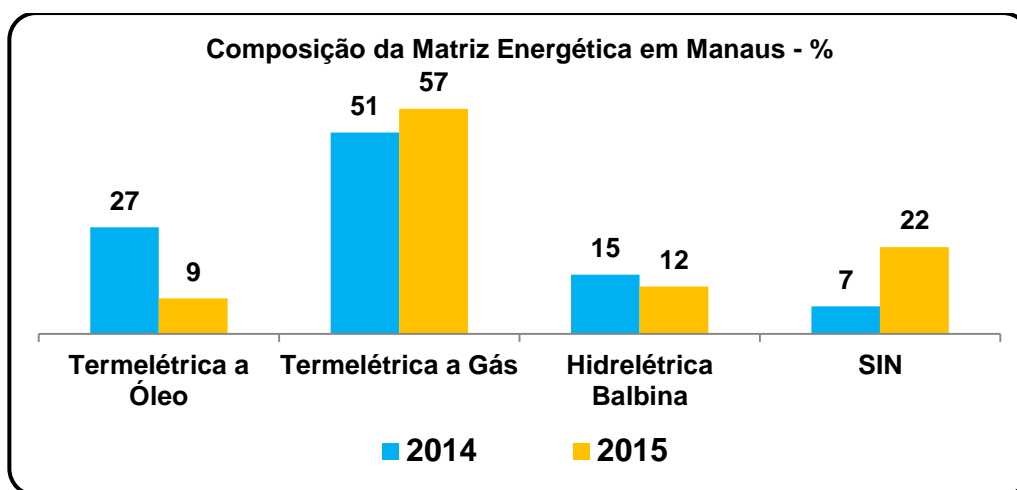
No interior do Estado do Amazonas a Empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento às sedes de 61 municípios e de 44 localidades. O sistema é composto por 94 usinas termelétricas implantadas nas sedes de 60 municípios e nas

34 localidades, constituídas por 520 grupos geradores, com motores a combustão interna, a partir de óleo diesel, sendo 118 grupos geradores próprios e 402 alugados, além de 21 grupos geradores a gás natural próprios, totalizando 396 MW de potência nominal instalada.

É importante salientar que em Manaus, o aumento de 221,4% da energia importada do SIN e o crescimento de 12,5% da energia gerada a gás, resultou numa diminuição de 34,5% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, proporcionando uma significativa economia de recursos financeiros, com redução dos impactos ambientais. A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a energia requerida por fonte de suprimento para atender o mercado de Manaus e a composição da matriz energética da capital do Estado do Amazonas.

**Energia Requerida em Manaus**

Fonte de Suprimento	2015		2014		Variação (%) 15/14
	GWh	% de Participação	GWh	% de Participação	
Termelétrica a Óleo	859	9	2.426	27	- 64,59
Termelétrica a Gás	5.193	57	4.609	51	12,67
Hidrelétrica Balbina	1.080	12	1.314	15	- 17,80
SIN	2.015	22	627	7	221,37
<b>Total</b>	<b>9.147</b>	<b>100</b>	<b>8.976</b>	<b>100</b>	<b>1,90</b>



Ao final do ano de 2015 a Empresa fornecia energia para 898.965 consumidores ativos, representando um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior. O consumo faturado foi de 6.395 GWh, equivalente a um crescimento de 1,9% sobre o ano de 2014.

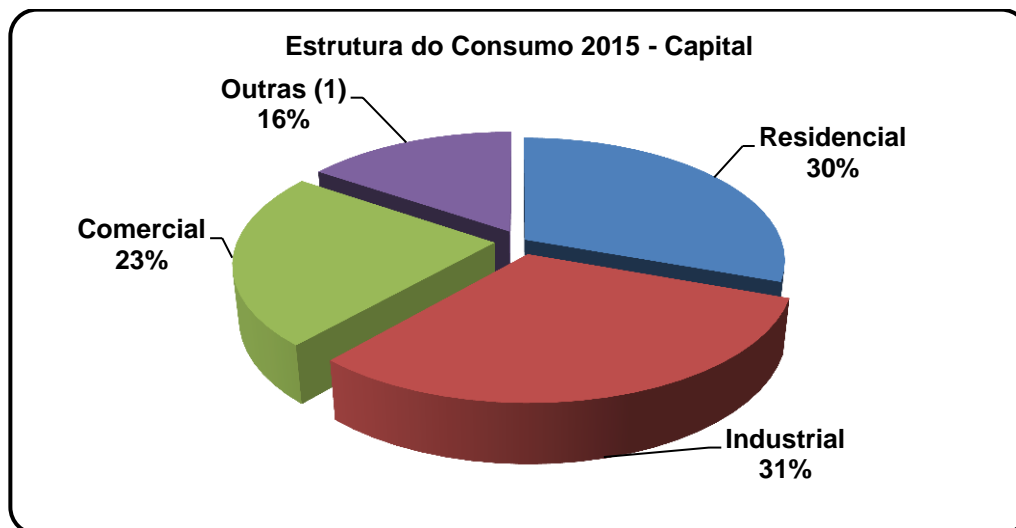
A capital registrou 526.631 consumidores, representando um incremento de 4,0% em relação ao existente em 2014, enquanto que a energia consumida cresceu 1,3%, com destaque para o aumento registrado no consumo da classe residencial de 9,4% sobre o ano anterior. O quadro a seguir apresenta, por classe de consumo, o número de consumidores e o fornecimento de energia elétrica na capital:

**Fornecimento de Energia Elétrica - Capital**

Classes de Consumo	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2015	2014	Variação (%) 15/14	2015	2014	Variação (%) 15/14
Residencial	474.163	455.072	4,19	1.562	1.428	9,4
Industrial	1.901	1.966	- 3,30	1.593	1.705	- 6,6
Comercial	46.245	45.386	1,89	1.181	1.123	5,2
Outras (1)	3.722	3.745	- 0,61	790	808	- 2,1
<b>Total</b>	<b>526.631</b>	<b>506.169</b>	<b>4,0</b>	<b>5.126</b>	<b>5.064</b>	<b>1,2</b>

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

O gráfico a seguir apresenta a segmentação do mercado de energia elétrica entre as principais classes de consumo na capital, com destaque para a queda na representatividade da classe industrial em relação a 2014, de 34% para 31%, decorrente da desaceleração produtiva das indústrias que compõem o PIM. A participação do consumo residencial aumentou de 28% para 30%, e a classe comercial aumentou sua participação em 1%, passando de 22% para 23%. A classe Outras que inclui o consumo das classes Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Consumo Próprio, corresponderam a 16% do consumo total.

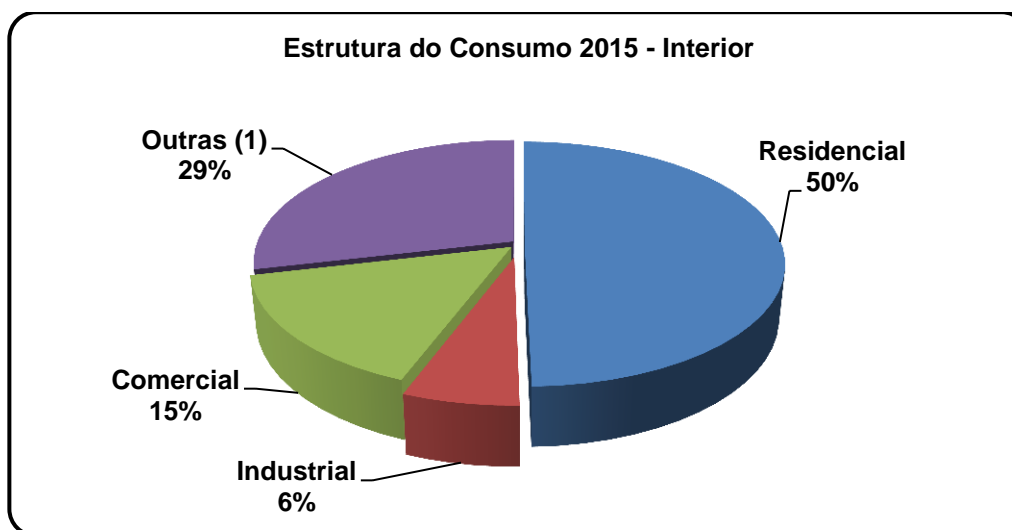


(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

No interior do Estado, foi registrado o número de 372.334 consumidores ativos, distribuídos por um território de 1.566.419 km<sup>2</sup>, onde grande parte das localidades possui menos de 1.000 consumidores. No ano de 2015, o total do fornecimento de energia elétrica no interior do Amazonas foi de 1.264 GWh, equivalente a um crescimento de 4,3% sobre o ano de 2014. A estrutura de consumo do interior do Estado é predominantemente residencial, representando 50% do mercado, contra apenas 6% de consumo industrial, 15% de consumo comercial, ficando as demais classes com 29% de participação sobre o total. A tabela e o gráfico a seguir, apresentam, respectivamente, a evolução do nº de consumidores e o consumo no interior e a composição do consumo no ano de 2015.

Classes de Consumo	Fornecimento de Energia Elétrica - Interior					
	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2015	2014	Variação (%) 15/14	2015	2014	Variação (%) 15/14
Residencial	295.008	278.695	5,8	628	583	7,6
Industrial	1.127	1.116	1,0	77	81	- 4,9
Comercial	27.230	26.364	3,3	197	187	5,0
Outras (1)	48.969	48.393	1,2	362	359	1,0
<b>Total</b>	<b>372.334</b>	<b>354.568</b>	<b>5,0</b>	<b>1.264</b>	<b>1.210</b>	<b>4,3</b>

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]



(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

### 6.3 Incorporação de Novos Consumidores em 2015

A Empresa realizou no Estado a incorporação de 56.048 novos consumidores no ano de 2015, sendo 51.281 residenciais, 3.850 comerciais e 917 nas outras classes. Ponto de atenção para a classe industrial que teve redução de 32 consumidores em relação ao ano de 2014, refletindo o encolhimento da produção fabril no ano passado motivada pela crise que afeta o país.

### 6.4 Faturamento Bruto de Energia

Em 2015 o faturamento bruto totalizou R\$ 2.123 milhões, representando um aumento de 19% sobre o ano anterior. O quadro e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação entre os anos de 2015 e 2014 da energia faturada por classe e sua composição em 2015.

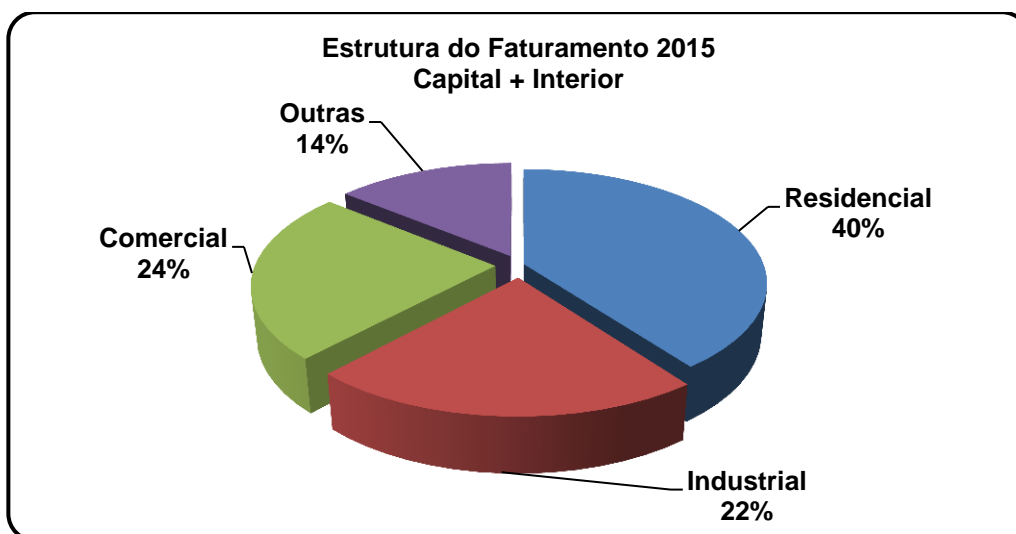
Além dessa receita de comercialização, a Empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 238 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE e uma receita de R\$ 670 milhões proveniente da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE.

**Faturamento de Energia - R\$ mil (1)**

Fornecimento de Energia por Classe	2015	2014	Varição 15/14 (%)
Residencial	844.168	681.041	23,95%
Industrial	470.700	418.981	12,34%
Comercial	509.890	424.298	20,17%
Outras (2)	298.568	258.644	15,44%
<b>Total</b>	<b>2.123.326</b>	<b>1.782.964</b>	<b>19,09%</b>

(1) Inclui apenas o faturamento derivado do fornecimento de energia elétrica, não incluso, portanto, as demais receitas que compõem a Receita Bruta da Companhia.

(2) Não inclui o consumo próprio [próprio + interno].



## 6.5 Inadimplência

Para a redução do grau de inadimplência, foram realizadas diversas ações das quais se destacam na tabela abaixo:

Discriminação	2015	2014	Varição 15/14 (%)
Cortes Gerados	166.547	123.947	34
Executados	82.944	76.407	9
% de Execução dos Cortes	50	61,6	-19
SPC e SERASA – (R\$ mil)	58.750	196.828	- 70
Cobrança Jurídica - (R\$ mil)	62.683	62.981	0
Cobrança Parcelamento à Vista – (R\$ mil)	23.181	20.029	16
Cobrança Parcelamento à Prazo – (R\$ mil)	71.723	60.031	19

Em 2015 foram gerados 166 mil cortes, representando um acréscimo de 34% em relação a 2014. Foram executados 50% dos cortes gerados em 2015 contra 62% em 2014. Houve uma queda de 70% das ações de negativação no SPC e SERASA, que passaram de R\$ 196.828 mil em 2014 para R\$ 58.750 mil em 2015. As cobranças de parcelamento à vista e a prazo cresceram 16% e 19%, respectivamente, em relação ao realizado no ano de 2014.

A inadimplência ativa total, entendida como o estoque acumulado de créditos junto aos consumidores, alcançou em dezembro de 2015, o saldo de R\$ 289,7 milhões contra R\$ 187,8 milhões em dezembro de 2014, representando um aumento de 54%, como decorrência principalmente de: i) impacto do faturamento da bandeira tarifária vermelha em agosto e setembro/2015, que por ser suspenso por decisão judicial por meio de liminar em 14.09.2015, deixou aproximadamente 400 mil faturas em aberto com um valor aproximado de R\$ 40 milhões em débito e ainda contaminou os recebimentos dos meses posteriores; e ii) A classe de consumo Poder Público Estadual apresentou um crescimento da inadimplência de 200% em relação a 2014, devido ao fato do governo do Estado do Amazonas ter deixado de pagar suas faturas, acumulando ao final de 2015 um débito de R\$ 33 milhões. Ao acrescentarmos os R\$ 13 milhões devidos pela unidade UNISOL-Hospital Francisca Mendes, o débito total do Estado alcançou o montante de R\$ 46 milhões.

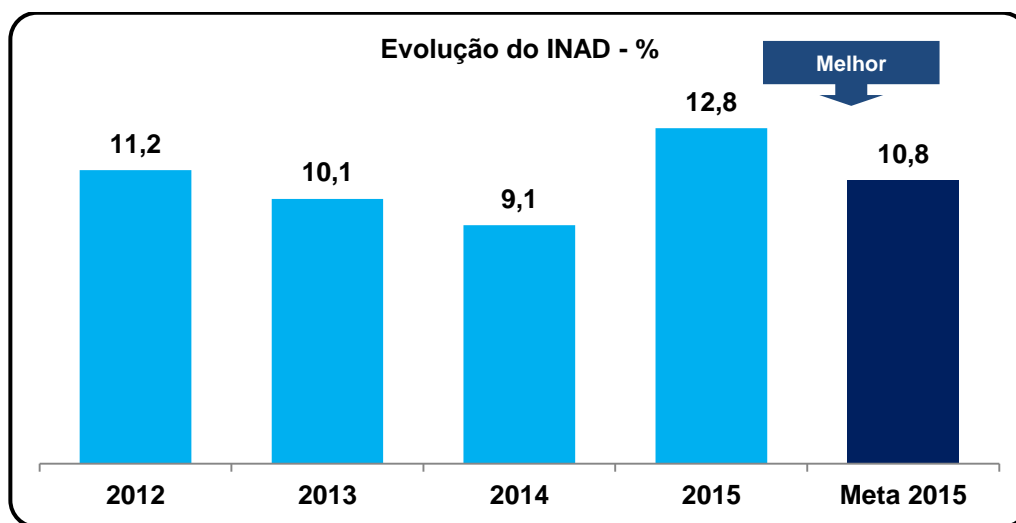
Vale destacar, que todos os Poderes Públicos devedores, têm sido notificados com a proposta de negociação dos seus débitos em condições adequadas e com a inclusão no CADIN no caso de inadimplimento, com comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação da inadimplência por classe de consumo entre os anos de 2014 e 2015 e a evolução do INAD para o período 2012-2015:

**Inadimplência por Classe – R\$ milhões – (1)**

Classe de Consumo	Capital			Interior			Total		
	2015	2014	Variação 15/14 (%)	2015	2014	Variação 15/14 (%)	2015	2014	Variação 15/14 (%)
<b>Residencial</b>	85,6	60,3	42%	32,1	23,1	39%	117,7	83,4	41%
Industrial	21,6	15,7	38%	7,3	5,4	35%	28,8	21,1	37%
Comercial	40,9	25,1	63%	9,7	6,3	55%	50,7	31,4	62%
Rural	0,3	0,2	24%	3,9	2,4	70%	4,2	2,6	65%
P. Público Municipal	0,74	1,0	-33%	22,7	12,4	85%	23,4	13,4	75%
<b>P. Público Estadual</b>	<b>25,2</b>	<b>6,7</b>	<b>276%</b>	<b>7,8</b>	<b>4,3</b>	<b>81%</b>	<b>33,0</b>	<b>11,0</b>	<b>200%</b>
P. Público Federal	2,8	2,1	34%	1,1	1,0	6%	3,9	3,1	25%
Ilum. Pública	0,0	0,0	11%	1,2	1,0	20%	1,2	1,0	20%
Serv. Público	0,1	0,0	-	26,1	20,8	25%	26,3	20,8	26%
<b>Total Geral</b>	<b>177,4</b>	<b>111,1</b>	<b>60%</b>	<b>112,2</b>	<b>76,7</b>	<b>46%</b>	<b>289,7</b>	<b>187,8</b>	<b>54%</b>

(1) Não inclui os débitos vincendos



## 6.6 Contratos de Compra de Energia

### 6.6.1 Contratos Bilaterais

Com a desverticalização das empresas ocorrida em 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a Amazonas GT passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de energia térmica gerada pelas usinas a gás de Aparecida e Mauá, além de UHE-Balbina.

Além dos contratos de compra de energia com a Amazonas GT, a Amazonas Energia também possui contratos para suprimento de energia para a capital do Estado, com cinco Produtores Independentes de Energia – PIEs, cujos contratos foram assinados em 2005, com vigência de 20 anos. A tabela a seguir demonstra o desempenho desses contratos no exercício de 2015:

Discriminação	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Quantidade de Energia Comprada (MWh)
Geradora de Energia do Amazonas S/A	60	59,61	99,35	528.251
Companhia Energética Manauara	60	60,00	100,00	520.462
Rio Amazonas Energia S/A	65	64,80	99,69	568.927
Breitener Tambaqui S/A.	60	59,88	99,80	529.198
Breitener Jaraqui S/A.	60	59,93	99,89	529.802
Balbina	130,1	97,80	75,05	431.977
Aparecida	145,3	132,14	90,94	538.858
Mauá Bloco III	98,6	99,81	101,21	441.033

### 6.6.2 Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior

A Amazonas Energia possui contratos de Locação de Grupos Geradores, com disponibilidade de potência total de 310,72 MW para atender as necessidades de geração das localidades do interior do Estado do Amazonas. A tabela a seguir demonstra o desempenho dos contratos em vigência no exercício de 2015.

Locadoras	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Valor Faturado (R\$ mil)
Aggreko Energia e Locação de Geradores	57,96	56,80	98	60.496
Oliveira Energia Geração e Serviços	158,60	142,74	90	99.910
Powertech Comercial	59,36	50,45	85	64.780
Gopower Air Locações	34,80	29,58	85	13.459
<b>Total</b>	<b>310,72</b>			<b>238.645</b>

### 6.6.3 Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR

A Amazonas Energia foi conectada ao SIN em 09/07/2013 pela SE Lechuga. Entretanto, segundo a portaria MME nº 258/13, a plena interligação do Sistema Manaus ao SIN ficou condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas equivalentes às do SIN, conforme regulação da ANEEL.

A Amazonas Energia que estava limitada a receber apenas parte da energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a partir de 01/05/2015 quando foram superadas as limitações técnicas na rede de distribuição, a energia oriunda do SIN passou a ser recebida em caráter pleno.

Nas tabelas a seguir constam os leilões que a Companhia já participou, com os respectivos montantes de energia comprada e tarifas praticadas.

Fontes Alternativas						
Leilão	Editais	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
2º (A-3)	jul/10	Hydroelétrica	1/1/2013	4.799.929	18,25	146,99
		Biomassa e Eólica		44.322.323	252,81	134,23

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

**Energia Nova**

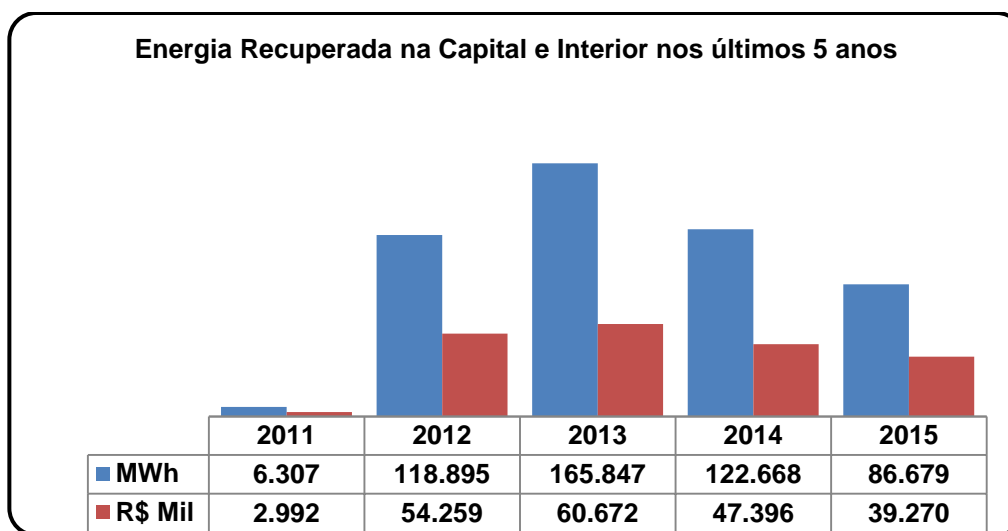
Leilão	Editais	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
UHE Jirau	mai/08	Hidrelétrica	1/2/2013	16.692.185	66,20	71,37
7º (A-5)	mar/08	Hidroelétrica	1/9/2016	1.444.391	5,49	98,98
		Outras Fontes	1/1/2013	9.280.259	70,59	145,23
8º (A-3)	fev/09	Hidroelétrica		24.204	0,09	144,00
		Outras Fontes	1/1/2012	121.020	0,92	144,60
Belo Monte	jun/09	Hidrelétrica	1/1/2015	13.524.031	53,47	77,97
10º (A-5)	mar/10	Hidrelétrica	1/1/2015	3.602.279	13,70	99,48
11º (A-5)	abr/10	Hidrelétrica	1/1/2015	10.663.491	40,547	67,31
		Hidrelétrica	1/3/2014	5.918.787	22,63	102,00
12º (A-3)	jul/11	Outras Fontes	1/3/2014	21.746.963	125,05	102,09

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

## 6.7 Perdas de Energia Elétrica

### 6.7.1 Resultados Alcançados

Foram realizadas 146.285 inspeções em unidades consumidoras, com a identificação e correção de 83.076 irregularidades (fraudes, desvios e falhas na medição), num percentual de assertividade de 57%, correspondente a uma recuperação de energia de 86.679 MWh. O gráfico a seguir mostra a evolução da energia recuperada para o período 2011/2015:



Ao final do ano de 2015 foi contabilizado 5.245 unidades consumidoras atendidas em 13,8 kV (3.663 do Grupo A4 e 1.582 Optantes), sendo 3.206 telemedidas, das quais 3.198 integradas ao Sistema Comercial da Companhia. Também estão telemedidas e possuindo faturamento automatizado integrado ao Sistema Ajuri 221 unidades do Grupo B (projeto piloto) e 36 unidades consumidoras atendidas em 69 kV do Grupo A3.



Foram realizadas operações especiais de fiscalização feitas em conjunto com o Instituto de Criminalística (IC), Polícia Civil, Polícia Militar, e a Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Serviços (DECFS), com grande repercussão na imprensa local, dentre as quais destacamos:

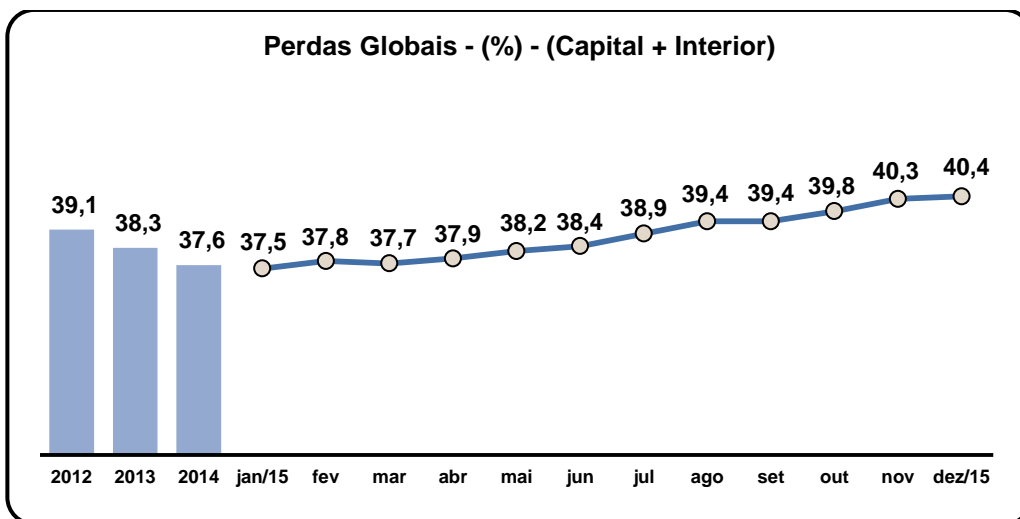
**i)** Na Zona Leste, Zona Oeste, Zona Norte e Centro da Capital foram flagrados ligações irregulares em 05 unidades: um Posto de lavagem, uma Residência, uma Quadra de escola de Samba, uma Escola em Construção e uma Tapeçaria/Lava Jato; **ii)** Operação especial noturna em uma Casa de Show, em bairro de classe alta (Vieiralves), Zona Centro-Sul de Manaus, onde a unidade consumidora teve o seu fornecimento suspenso por risco iminente; **iii)** Autuação em um Motel na Zona Leste de Manaus. Durante os trabalhos de perícia e inspeção técnica, foram detectadas duas ligações irregulares a partir da rede de baixa tensão da Distribuidora, sem passar pela medição, e que atendia mais de 50% das cargas instaladas no Motel; **iv)** Foi realizada a operação especial, na Av. Manaus 2000- Distrito I, onde três pessoas foram autuadas por furto de energia elétrica. No local a energia elétrica servia equipamentos que eram usados para lavagem de carros na calçada da avenida citada, totalizando 05 postos de lavagem clandestinos. As unidades consumidoras clandestinas tiveram o fornecimento de energia elétrica suspenso de imediato e as ligações clandestinas foram retiradas pela Eletrobras Amazonas Energia e o material apresentado na DECFS; **v)** Na Unidade Consumidora atendida em Média Tensão, do ramo de atividades de Serviço de Telecomunicações foi autuada por estar autorreligada com um transformador de 225 kVA, sem passar pelo sistema de medição de energia. O processo de irregularidade recuperou 309.396 kWh que corresponde ao valor de R\$ 137.509,71.

O quadro a seguir apresenta o resumo de ações realizadas em unidades consumidoras clandestinas na rede de média tensão em 2015.

**Resumo de serviços em unidades consumidoras clandestinas em MT (Média Tensão)**

Total de Transformadores Regularizados	48
Total de Transformadores Desligados	111
Total de Potência de Transformadores (kVA)	2.420

Para execução do plano de combate às perdas foi desembolsado, em 2015, o montante de R\$ 29,2 milhões (Custeio = R\$ 11,6 milhões e Investimento = R\$ 17,6 milhões). Durante o ano o índice de perda global aumentou 2,8 p.p. (pontos percentuais) em relação a 2014, conforme mostra o gráfico a seguir que apresenta a evolução das Perdas Globais para o período 2012/2015.



#### 6.7.2 Projetos de Regularização

i) “Projeto Digitalização de UC em BT - Projeto Energia +”: Implantação de sistema de automação (leitura remota) através da substituição dos medidores eletromecânicos de ligação direta de unidades consumidoras bifásicas e trifásicas com consumo médio mensal maior que 600 kWh, dependendo do perfil de consumo da Distribuidora;

ii) “Projeto Telemedição de Alimentadores - Projeto Energia +”: Projeto para implantação de sistema de telemedição que possibilite a segmentação das perdas técnicas e não técnicas das subestações em nível de alimentador, totalizando 76 conjuntos de medição externa. Até dezembro de 2015 foram instalados 73 conjuntos de medição, ficando 03 como sobressalentes;

iii) “Projeto Substituição de Medidores Obsoletos - Projeto Energia +”: Projeto financiado pelo Banco Mundial, que prevê a substituição de 40.369 medidores obsoletos devido ao desgaste natural e pelo tempo de vida útil e a substituição do ramal de serviço da unidade consumidora. Tendo iniciado em maio de 2013, foram contabilizados a substituição de 39.706 medidores obsoletos até dezembro de 2015;

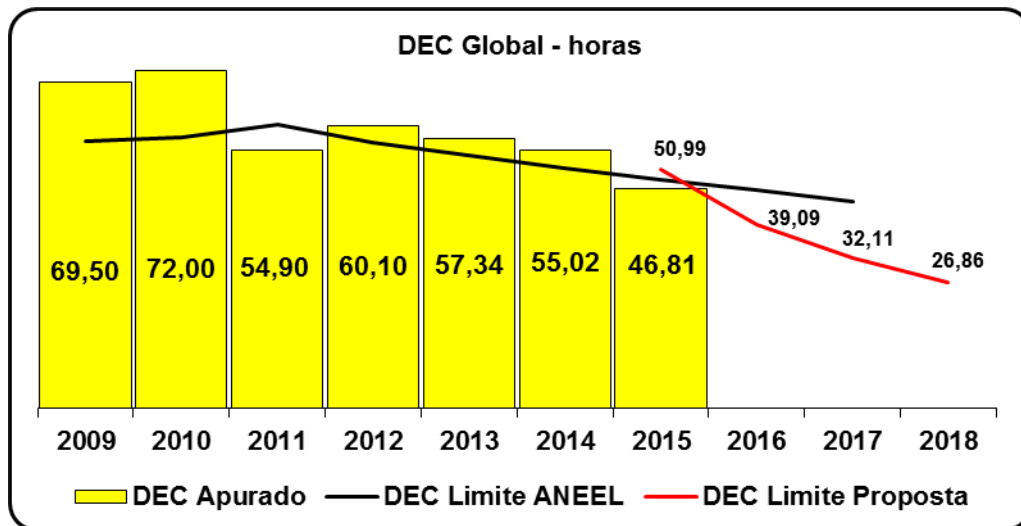
iv) “Projeto adequação de medições externas do tipo CPRede”: Esse projeto prevê a substituição gradativa desse tipo de medição, com a realização de serviços de inspeções técnicas e substituição do padrão CPRede (padrão instalado no poste, a 3m de altura, e com lente de aumento) por padrão convencional (utilizando caixa de medição de material em policarbonato transparente), facilitando e agilizando futuras inspeções, como também, o trabalho dos leituristas. No ano de 2015 foram executados 12.201 serviços em unidades consumidoras, cujas caixas dos medidores se encontravam em estado de deterioração, o que resultou no ganho de 8.285 MWh.

## *7. DESEMPENHO OPERACIONAL*

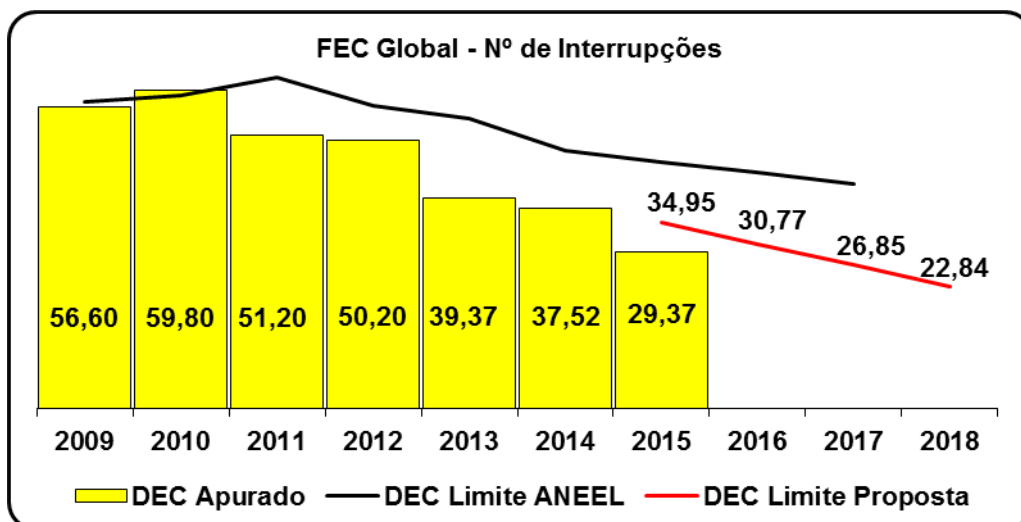
## 7 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 7.1 Global

Em 2015, a Amazonas Energia, além de registrar indicadores DEC e FEC melhores que os ocorridos nos últimos três anos, consolidou seus resultados globais abaixo das Metas do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE e Plano de Resultado - PR da ANEEL. O DEC apurado em 2015 apresentou uma redução de 14,92% em relação a 2014, evoluindo de 55,02h para 46,81h. O mesmo ficou 8,19% abaixo da Meta CMDE de 50,99h.



As ações realizadas no sistema elétrico resultaram ainda em redução do indicador FEC, que passou de 37,52 em 2014 para 29,37 interrupções em 2015, equivalente a uma redução de 21,72%, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, ficando 15,96% abaixo da Meta CMDE de 34,95 interrupções.



A Amazonas Energia vem envidando esforços para implementar inúmeras melhorias no sistema elétrico que atende a cidade de Manaus e os municípios do Estado do Amazonas. Tais resultados foram oriundos de ações de extrema relevância para a área de concessão da distribuidora, dentre as quais se destacam: i) Interligação ao SIN – Sistema Interligado Nacional; ii) A construção e operacionalização das subestações elétricas de Mutirão, Cachoeira Grande, Santa Etelvina II, Compensa; iii) A manutenção de subestações já existentes; iv) Construção e expansão de circuitos de média e baixa tensão; v) Adequações e blindagens de circuitos de baixa tensão; vi) Substituição de postes e estruturas de rede; vii) Instalação e operacionalização de equipamentos religadores na rede de média tensão; viii) Instalação de equipamento de

monitoramento remoto de equipamentos transformadores de distribuição, em tempo real; e ix) Uso de sistema de despacho automático de ocorrências, em tempo real, o SDM – Sistema de Despacho Móvel.

Por outro lado, para implementar essas melhorias que aumentam a confiabilidade e flexibilidade do sistema, se torna necessário intervenções no sistema que implicam em desligamentos com interrupções sustentadas e interrupções não-sustentadas (As **interrupções sustentadas** são oriundas dos serviços programados para implementação das melhorias citadas acima, as quais são comunicadas à sociedade, pela concessionária, dentro do prazo regulado pela ANEEL, por meio das mídias de massa e as **interrupções não sustentadas**, também, são oriundas dos serviços programados, porém de curta duração e necessárias para remanejamento de carga. Tal procedimento tem como benefício a interrupções do mínimo possível de clientes para a execução do serviço programado. Conforme regulado pela ANEEL, não precisam ser comunicados com antecedência). Estas interrupções são fundamentais para operacionalizar as obras e assegurar que as mesmas sejam executadas dentro de um nível de segurança adequada para os trabalhadores eletricitários.

É importante ressaltar que:

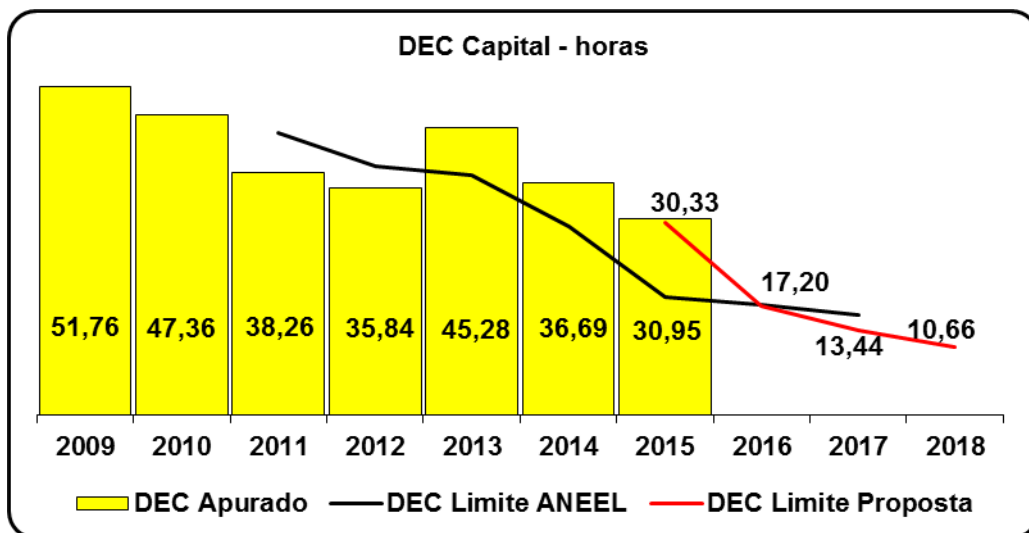
- Apesar do benefício de recentemente ter sido interligadas ao SIN – Sistema Interligado Nacional, a Amazonas Energia é uma concessionária de energia elétrica repleta de particularidades, cujas principais são as seguintes: i) Maior parte da geração de energia elétrica para o interior do Estado é por meio de pequenos sistemas isolados, com grupos geradores a óleo diesel (locados e próprios) e/ou a gás natural (próprios). A logística para assegurar a geração supracitada é muito complexa e dependente das condições impostas pela natureza; ii) O Programa Luz para Todos - PLpT tem conduzido energia elétrica as mais remotas localidades/comunidades da região, o que implica na necessidade do emprego de complexas logísticas para assegurar a continuidade dos clientes contemplados pelo programa; iii) Anualmente, o Estado do Amazonas, em seu primeiro semestre, apresenta como característica a problemática das fortes chuvas e o fenômeno das cheias dos rios, que tem como consequência os longos períodos de cheias/alagamentos com a consequente dificuldade de acesso as localidades do interior do Estado; iv) No segundo semestre do ano, o Estado do Amazonas sofre a problemática das temperaturas elevadas e temporais agressivos com fortes rajadas de ventos, cujos danos são imprevisíveis. Tais fenômenos naturais afetam todos os serviços que são prestados à sociedade manauense, tais como: telefonia fixa, telefonia móvel, televisão a cabo, vigilância por câmeras, internet e energia elétrica; e v) Os desvios de energia elétrica e as ligações clandestinas que são considerados como um “ato e/ou ação normal” para uma pequena parte da sociedade amazonense, levam a degradação da rede e a eventos de interrupções no fornecimento de energia elétrica aos clientes regulares.
- Os projetos e ações de O&M da Amazonas Energia foram concebidos a partir da revisitação do Plano de O&M ciclo 2014-2017, tendo como principal balizador o desenvolvimento de uma nova metodologia de análise das ocorrências e dos resultados obtidos em 2014, resultando em novo pacote de projetos para a Melhoria dos Indicadores de Continuidade e Qualidade, inclusive com direcionamento à redução de compensações por transgressão de indicadores individuais. O Plano anual de Manutenção Corretiva e Preventiva está baseado em análises de causa e efeito, avaliando o desempenho de equipamentos e circuitos que mais contribuíram para os indicadores FEC e DEC em 2014, havendo avaliações por níveis de abrangência como Conjuntos, Calhas, Subestações, Alimentadores, Chaves e Transformadores. O projeto traz uma nova perspectiva de estratificação e análise de causa e efeito direcionando a atuação da manutenção para pontos críticos do sistema, por meio da realização de análise de causa de curto e médio prazo, buscando direcionar a atuação da manutenção adequada a cada tipo de evento e necessidade de resposta. Foram criados três níveis de inspeção e manutenção de forma a proporcionar atuação mais célere para cada tipo de problema e levando em consideração o impacto causado ao consumidor final (**Manutenção Nível 01** – Manutenção imediata a ser realizada sob a coordenação do COI, assim que identificado um problema recorrente, que tem como objetivo básico estancar a

causa das interrupções de determinado equipamento/circuito. Durante esta intervenção já se identifica a necessidade de autuação de inspeção e manutenção de nível 02; **Manutenção Nível 02** – Manutenção programável, a ser realizada em curto prazo (máximo 30 dias), tratando defeitos em equipamentos e circuitos que gerem potenciais riscos de desligamentos e **Manutenção Nível 03** – Manutenção programada corretiva e preventiva de médio e a longo prazo em todo o sistema, seguindo os critérios de priorização definidos nas análises de causa e efeito realizados anualmente e revisados trimestralmente).

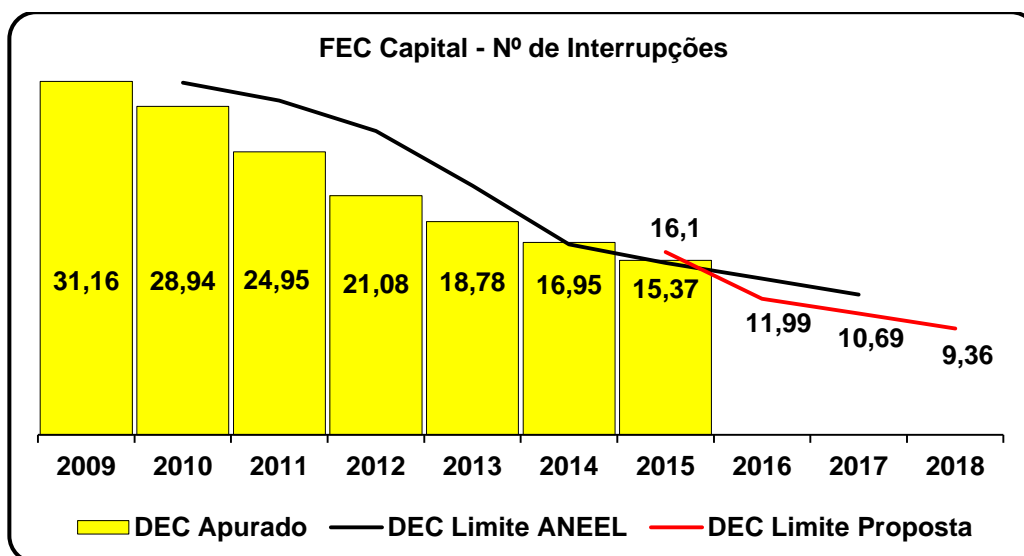
Neste projeto estão contempladas as ações de termovisão, manutenção em linha morta e linha viva, poda de árvores e serviços emergenciais (Otimização da manutenção corretiva a curto prazo; Implantação da Pesquisa diária dos eventos que mais impactaram para o sistema - DEC/FEC e DIC/FIC/DMIC - nos últimos 5 e 15 dias com tratamento imediato pela manutenção; revisitação mensal das ações de manutenção preventiva em alimentadores; Manutenção programada focada em tronco de alimentadores e ramais prioritários, otimizando os recursos existentes; Termovisão/Linha Viva; Poda/Linha Viva e Inspeção Visual/Linha Viva).

## 7.2 Na Capital

Uma série de ações foram importantes para a melhoria ocorrida no indicador DEC, dentre as quais se destacam: i) Maior acompanhamento de equipes nas saídas das bases; ii) Sinergia das equipes de corte com realização de atendimento a serviços comerciais e de emergência; iii) Criação de nova rotina de tratamento aos problemas do despacho móvel de ocorrências; iv) Estruturação de painel supervisorio no centro de operação; v) relatório de ocorrências com tratamento diário e vi) utilização de equipes especiais para atendimento às demandas urgentes. O indicador apurado de DEC em 2015 na capital Manaus apresentou uma redução de 15,64% em relação a 2014, evoluindo de 36,69h para 30,95h, resultado muito próximo da Meta CMDE de 30,33h.

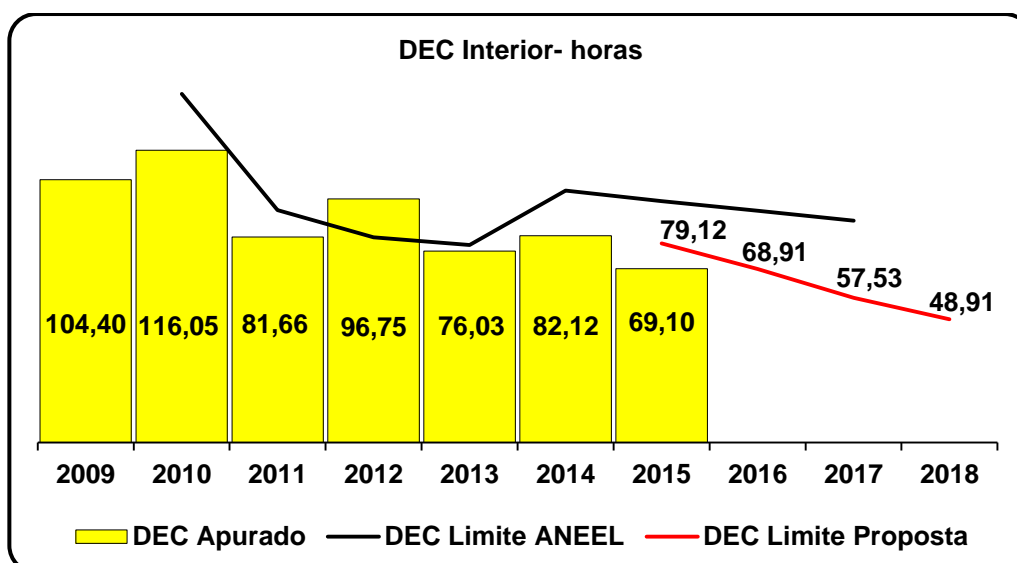


A melhoria no indicador FEC foi proveniente da reformulação na estratégica de manutenção e a segmentação das ocorrências em 3 níveis de manutenção aliado ao acompanhamento sistemático das ações específicas em cada circuito, bem como, o *follow up* de seus efeitos, que resultaram na redução do indicador FEC, que passou de 16,95 em 2014 para 15,37 interrupções em 2015, equivalente a uma redução de 9,32%, ficando 4,53% abaixo da Meta CMDE de 16,10 interrupções.



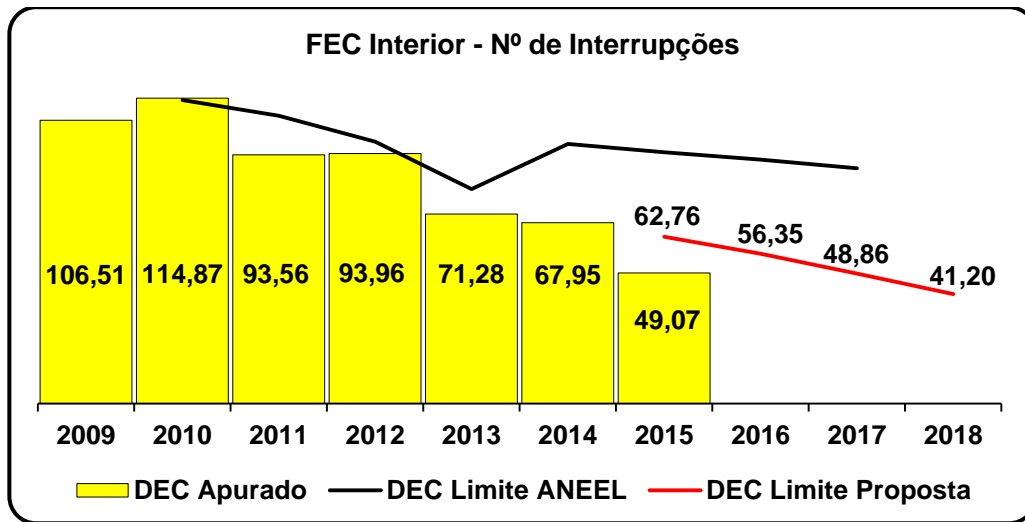
### 7.3 No Interior

O indicador apurado de DEC em 2015 para o interior do Amazonas apresentou uma redução de 15,85% em relação a 2014, evoluindo de 82,12h para 69,10h. O mesmo ficou 12,66% abaixo da Meta CMDE de 79,12h.



O processo de geração de energia dos sistemas isolados do interior causou grande impacto nos resultados globais, sendo que as ações estabelecidas para este processo no decorrer de 2015 e 2016 trarão fortes reduções para o resultado global e associado às ações do sistema de distribuição para o ciclo 2015-2018 permitirão uma evolução significativa na percepção dos consumidores.

O indicador apurado de FEC em 2015 no interior do Amazonas apresentou redução de 27,78% em relação a 2014, passando de 67,95 interrupções para 49,07. O mesmo ficou 21,81% abaixo da Meta CMDE de 62,76 interrupções.





## ***8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO***

## 8 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

### 8.1 Lucro/Prejuízo do Exercício

As Demonstrações Financeiras da Amazonas Energia consolidou o exercício de 2015 com um prejuízo líquido de R\$ 2.344.048 mil, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 342.734 mil do exercício de 2014, representando um aumento de 583,93% os principais efeitos na comparação com os dois exercícios são:

#### 8.1.1 Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta em 2015, atingiu R\$ 3.393.910 mil, montante 21,01%, inferior aos R\$ 4.296.699 mil registrados no exercício de 2014, conforme demonstra o quadro a seguir:

Descrição	Receita Operacional – R\$ mil		
	2015	2014	2015/2014 (%)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	2.123.326	1.782.964	19,09
Energia elétrica de curto prazo - PLD	670.432	1.769.706	-62,12
Receita de Construção	281.451	389.912	-27,82
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa	238.090	237.019	0,45
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08	(949)	82.106	-101,16
Outras Receitas	81.561	34.992	133,08
<b>Total</b>	<b>3.393.910</b>	<b>4.296.699</b>	<b>-21,01</b>

(1) Esta rubrica não contempla o faturamento do consumo próprio (administrativo) e interno (usinas e subestações).

A Receita de Fornecimento de Energia Elétrica alcançou um incremento de R\$ 340.362 mil em relação ao ano de 2014. Este incremento está associado, principalmente, ao fornecimento de energia elétrica para 898.965 unidades consumidoras ativas (4,4% maior que 2014), que consumiram 6.390 GWh em 2015 (1,9% maior que 2014) gerando um faturamento bruto de R\$ 2.123.326 mil (19,09% maior que 2014).

A Receita de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi de R\$ 670.432 mil em 2015 comparada a R\$ 1.769.706 mil em 2014, representando um decréscimo de 62,12% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: i) reconhecimento da devolução de R\$ 345.404 mil, decorrente do processo de Recontabilização n° 2719 referente a dois pontos da SE Mauá 3, onde suas grandezas elétricas não estavam sendo medidas pela CCEE ocasionando um excedente de energia que foi liquidado ao PLD (set/14 a jun/15); ii) aumento da participação da energia do Sistema Interligado Nacional na matriz energética da Companhia, saindo de 7% em 2014, para 34% em 2015, restando menos energia a ser liquidada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

A Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição atingiu o montante de R\$ 281.451 mil em 2015, comparados a R\$ 389.912 mil em 2014, uma redução de 27,82%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

A Receita de Ativos e Passivos Regulatórios apresentou um decréscimo de 101,16% decorrente do reconhecimento de receita no montante de R\$ 51.971 mil (45,16% menor que 2014 R\$ 94.774 mil) e amortização dos valores já homologados no montante de R\$ 52.921 mil (458,29% maior que 2014 R\$ 9.479 mil), desta forma as despesas foram superiores às receitas reconhecidas em 2015.

## 8.2 Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional apresentaram um aumento de 12,59% em relação a 2014, conforme apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Deduções à Receita Operacional – R\$ mil		
	2015	2014	2015/2014 (%)
Quota para Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	- 58	- 100,00
Encargos do Consumidor – P&D e PEE	- 48.575	- 31.362	54,89
Impostos e Contribuições sobre a Receita	- 724.568	- 655.243	10,58
<b>Total</b>	<b>- 773.143</b>	<b>- 686.663</b>	<b>12,59</b>

O aumento de R\$ 86.480 mil é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita de fornecimento de energia elétrica da Companhia entre os períodos analisados.

## 8.3 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2015 produziram um montante de R\$ 3.512.901 mil, que comparado com valor de R\$ 2.739.453 mil em 2014, evidenciou um aumento de 28,23%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais – R\$ mil		
	2015	2014	2015/2014 (%)
<b><i>Custos e Despesas Não Controláveis</i></b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 1.685.067	- 1.336.890	26,04
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	- 4.200	- 7.197	-41,64
<b><i>Custos e Despesas Controláveis</i></b>			
Pessoal	- 333.479	- 356.411	- 6,43
Material	- 35.419	- 37.435	- 5,39
Serviço de Terceiros	- 246.366	- 248.606	- 0,90
Custo de Construção	- 281.451	- 389.912	- 27,82
Combustível para Produção de Energia Elétrica	- 3.828.978	- 4.354.645	-12,07
Recuperação de Despesa - CCC	3.798.015	4.165.664	-8,83
Depreciação e Amortização	- 159.852	- 281.560	-43,23
Provisão / Reversão Operacionais	-193.461	319.053	160,64
Aluguéis	-257.848	- 407.160	-36,67
Outros Custos/ Despesas	-284.795	195.646	245,57
<b>Total</b>	<b>-3.512.901</b>	<b>-2.739.453</b>	<b>28,23</b>

As principais rubricas que contribuíram para o aumento dos Custos e Despesas Operacionais foram:

### **Provisão / Reversão Operacionais:**

O aumento de 160,64% nesta rubrica foi motivado em especial por:

**i) Provisão Consumidores - PCLD** – em 2015 foi constituída uma provisão de PCLD no montante de R\$ 133.215 mil motivado principalmente pelo aumento da inadimplência devido a conjuntura econômica desfavorável e inclusão das bandeiras tarifárias. Maior evolução na inadimplência foi identificada nas classes residencial e comercial, outro fator que impactou foi a mudança de critério de constituição da PCLD, onde a Companhia alinhou à sua régua de cobranças.

**Outros Custos / Despesas:**

O aumento de 245,57% foi decorrente, especialmente, dos seguintes fatos:

- i) **Encargos do Uso de Rede Elétrica** – Em 2015 foi registrado o valor de R\$ 95.902 mil referente ao reconhecimento de valores referentes às obrigações com as transmissoras a partir da operação comercial do Sistema Manaus ( R\$ 53 mil em 2014).
- ii) **Fator de corte de Perdas Regulatórias** - A partir da publicação do Despacho nº 1.583/15, de 18 maio de 2015, os reembolsos mensais da CCC passaram a sofrer o fator de corte de 4,8% referente às perdas regulatórias. Este índice foi aplicado nos reembolsos da competência de janeiro a dezembro de 2015 e registrado um montante de R\$ 192.431 mil.
- iii) **Limite de Consumo Específico Regulatório** - A partir da publicação do Despacho nº 758/15, de 24 março de 2015, os valores correspondentes aos combustíveis consumidos acima dos limites estabelecidos foram compensados com os valores recebíveis da CCC, o montante registrado referente a essa transação foi de R\$ 98.248 mil.

**Energia Elétrica Comprada para Revenda:**

Esta despesa apresentou aumento de 26,04% com aumento líquido de R\$ 348.177 mil em relação ao exercício de 2014, cujo impacto foi proporcionado pelo acréscimo dos contratos de compra de energia do ACR na ordem de 30,4% e pela neutralidade referente à receita excedente auferida com a comercialização de energia no SIN no montante de R\$ 301.479 mil.

**8.4 Indicadores Empresariais**

Descrição	Indicadores Econômicos		
	2015	2014	2015/2014 (%)
<b>Dados Econômico-Financeiros – R\$ mil</b>			
Receita Operacional Bruta	3.393.910	4.296.699	-21,01
Receita Operacional Líquida	2.620.768	3.610.036	-27,40
EBITDA (LAJIDA)	-732.281	1.152.143	163,56
Resultado do Serviço	-892.133	870.583	202,48
Resultado Financeiro	- 1.210.594	- 1218.442	-0,64
Lucro (Prejuízo) Líquido	-2.344.048	-342.734	583,93
Ativo Total	13.902.698	14.487.213	-4,03
Dívida Bruta	18.266.296	16.506.594	10,66
Dívida Líquida *	18.080.923	16.312.273	10,84
Patrimônio Líquido	-1.657.987	-2.019.381	-17,90
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Margem EBITDA	-0,28	0,32	59,86 pp**
Margem Líquida	- 0,89	- 0,09	79,95 pp**
Índice de Endividamento	1,31	1,14	17,45 pp**
<b>Ações</b>			
Valor Patrimonial por ação ***	- 0,26	- 0,32	-17,90
Lucro (Prejuízo) por ação ***	- 0,37	- 0,05	583,93

\*Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

\*\* pp – pontos percentuais

\*\*\* Lote de mil ações

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA da Companhia está demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	LAJIDA – R\$ mil		
	2015	2014	2015/2014 (%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.620.767	3.610.036	-27,40
(-) Despesas Operacionais (exceto Depreciação)	- 3.353.049	- 2.457.893	36,42
<b>(=) LAJIDA</b>	<b>-732.282</b>	<b>1.152.143</b>	<b>-163,56</b>
(-) Depreciação e Amortização	-159.852	-281.560	-43,23
(=) Lucro (Prejuízo) antes dos Juros e Imposto de Renda	-892.134	870.583	-202,48
(+/-) Resultado Financeiro	- 1.210.594	-1.218.442	-0,64
(=) Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda	-2.102.726	- 347.859	504,48
(+) Resultado Investimentos em Participações Societárias	-241.322	5.125	4.808,70
<b>(=) Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>-2.344.048</b>	<b>- 342.734</b>	<b>- 74,9</b>

A diminuição do LAJIDA em 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores não gerenciáveis: ii) reconhecimento de despesas superiores às receitas referente a valores da Parcela A e itens financeiros, saindo de uma receita de R\$ 82 milhões, em 2014, para uma despesa de R\$ 1 milhão em 2015; iii) devolução de R\$ 301,5 milhões ao fundo CCC, decorrente da neutralidade referente à receita excedente auferida com a comercialização de energia no SIN; iv) devolução de R\$ 192,4 milhões ao fundo CCC, decorrente do fator de corte de perdas regulatórias; v) devolução de R\$ 98,2 milhões ao fundo CCC, proveniente do consumo específico de combustíveis; vi) devolução de R\$ 345,4 milhões ao fundo CCC, decorrente do processo de Recontabilização nº 2719 da SE Mauá III; vii) o resultado do investimento em participações societárias foi negativo em R\$ 241.322 mil, contra um resultado positivo em R\$ 5.125 mil no exercício de 2014, onde destacamos a apuração da equivalência patrimonial do investimento no valor de R\$ 436.750 mil referente à realização de um aumento de capital (drop down), em 01/07/2015, na Amazonas Geração e Transmissão S.A., através da transferência de bens, direitos e obrigações associados às atividades de geração e transmissão da capital. Esse investimento foi reconhecido com base nos valores históricos dos bens, direitos e obrigações por meio do método de equivalência patrimonial, com o propósito específico de receber o Acervo Líquido em virtude da desverticalização.

## 8.5 Receita (Despesa) Financeira

Descrição	Resultado Financeiro – R\$ mil		
	2015	2014	2015/2014 (%)
Acréscimo Moratório sobre Energia Vendida	55.093	42.334	30,14
Varição Monetária Líquida	15.593	925	1585,73
Multa s/Fornecimento e Suprimento de Energia	28.975	47.617	-39,15
Ganho/Perda de Avaliação Atuarial	1.321	636	107,70
Encargos de Dívidas	- 232.506	- 232.547	-0,02
Encargos financeiros – arrendamento mercantil	- 273.391	- 279.717	-2,26
Juros e Multas	580.598	48.702	1092,14
Atualização dos Fornecedores - CCC	- 1.410.532	- 765.432	84,28
Outras	24.526	- 80.960	- 129,96
<b>Total</b>	<b>- 1.210.593</b>	<b>- 1.218.442</b>	<b>-0,64</b>

O Resultado Financeiro Líquido em 2015 teve uma redução de 0,64% em relação ao ano de 2014 em virtude do aumento da receita, especialmente da rubrica Juros e Multas (aumento de 1.092,14% comparado ao exercício de 2014) em função da atualização monetária, no valor de R\$ 683.005 mil, do Direito a Receber da CCC. Os Contratos de Confissão de Dívidas - CCD celebrados em dezembro de 2014, cuja parcela não garantida pelo Fundo CDE está sendo suportada pelo caixa da Companhia, com a atualização da dívida pela taxa SELIC. Destacamos que a parte garantida pela CDE está sendo atualizada pela SELIC, neutralizando a parcela correspondente da dívida com a BR Distribuidora/Petrobras.

## **9. PESSOAS**

## 9 PESSOAS

### 9.1 Composição da Força de Trabalho

A Empresa encerrou o ano de 2015 com 1.736 empregados em seu quadro próprio, contando ainda com 96 estagiários e 130 aprendizes. A tabela abaixo demonstra a evolução da força de trabalho própria da organização entre os anos de 2010 e 2015:

Ano	Nº de Empregados Próprios
2010	2.300
2011	2.310
2012	2.279
2013	2.129
2014	2.110
2015	1.736

Em cumprimento ao Projeto de Primarização, foram admitidos 121 novos colaboradores aprovados em concurso público, em substituição à mão de obra terceirizada. Ainda como parte desse projeto, em consonância com o Ministério Público do Trabalho, está prevista a substituição de mais 289 colaboradores terceirizados por mão de obra própria até 2019.

### 9.2 Programa de Aprendizagem e Estágio

Visando capacitar e proporcionar aos jovens a inserção no mercado de trabalho, a Empresa manteve seus Programas de Aprendizagem e Estágio, cumprindo com as determinações contidas nas legislações que os regulamentam.

### 9.3 Educação Corporativa

Em 2015 a Empresa investiu R\$ 2,2 milhões na educação de seus colaboradores, realizando 486 ações educacionais, que resultaram num total de 66.346 horas de treinamento, viabilizando aos colaboradores 1.765 oportunidades de participações em ações educacionais, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tipo de Ação	Nº de Ações Educacionais	Nº de Participantes	Total de Horas Treinadas	Investimento Total (R\$ mil)
Internas	73	576	18.544	469
Externas	143	882	36.476	1.380
UNISE	9	6	963	178
LUME	226	163	5.043	-
Pós-Graduação	16	16	2.024	82
Idioma Estrangeiro	8	8	427	13
Projeto Energia +	11	114	2.869	61
<b>Total</b>	<b>486</b>	<b>1.765</b>	<b>66.346</b>	<b>2.183</b>

#### 9.3.1 Ações Educacionais Internas

Das inúmeras ações educacionais internas realizadas em 2015, destacam-se as seguintes: i) Programa de Braços Abertos – Ambientação dos novos Empregados, admitidos em outubro de 2015. A ação contou com 120 participantes e um total de 1.920 horas de treinamento; ii) Oficina de Liderança – Como Avaliar, Reconhecer e Desenvolver sua Equipe – 4º Ciclo SGD, com participação do corpo gerencial, diretivo e lideranças locais, com 51 participantes e 204 horas treinadas; iii) Treinamento de Gerenciamento pela Gestão Estratégica, com carga horária de 22 horas; iv) SIPAT Integrada 2015 com participação de 251 funcionários e 2.510 horas treinadas; e v) Sistema de Gestão de Ativos, com carga horária de 16 horas.

### 9.3.2 Ações LUME

Foram ofertados treinamentos por meio da TV Corporativa das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - LUME, tecnologia que combina vídeo aula e *web*. Essa ferramenta disponibiliza soluções efetivas em EAD (Educação à Distância), por meio de uma programação mensal de cursos de autodesenvolvimento, gestão corporativa e gestão pública.

A utilização da LUME além de aprimorar a formação e o desenvolvimento da força de trabalho da organização, contribuiu para a redução do PMSO da organização, visto que, os cursos realizados por meio dessa ferramenta evitaram gastos comuns em ações externas de treinamento, tais como: passagem, hospedagem, diárias, etc.

Com a admissão dos novos colaboradores no segundo semestre de 2015, criou-se uma grade obrigatória a ser cumprida com 6 cursos básicos inerentes a aspectos profissionais necessários à uma boa postura profissional. Tal ação alavancou a utilização da ferramenta e evitou custos desnecessários. Os cursos da grade são: i) A ética profissional; ii) Atendimento eficiente ao cliente: Introdução; iii) Relacionamento interpessoal no trabalho I; iv) Relacionamento interpessoal no trabalho II; v) Gestão eficaz do tempo; e vi) Escrita para e-mails profissionais.

### 9.3.3 Ações Educacionais Corporativas

Pela UNISE foram realizados os seguintes cursos: i) Curso de aperfeiçoamento técnico em normas internacionais de contabilidade (turma 11) - área contábil; ii) MBA gestão de negócios; iii) Curso de regulação de energia - teoria da regulação; metrologia e técnicas de medição em ensaios de alta tensão; e iv) Treinamento de implantação do ProERP.

### 9.3.4 Ações Educacionais Específicas

No que tange às ações educacionais específicas realizadas em 2015 podemos destacar as seguintes atividades: i) contratação de serviços em conformidade com as IN's nº 06/13, 02/08, 03/09, 04/09 e 05/09 e portaria nº 07/11 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com 24 horas de curso para 22 colaboradores; ii) Curso da NR-10 e SEP para os novos colaboradores integrados em outubro de 2015, totalizando 2.560 horas; iii) Curso Completo de Contratos Administrativos: Enfoque para Gestão, Fiscalização, Alteração, Penalidades e Redação de Contratos totalizando 480 horas de treinamento; iv) Curso Transitórios Eletromagnéticos Usando Software ATP e OS ministrada pela FUNCOGE; v) Curso de Gestão de Materiais Em Empresas de Distribuição; vi) Curso Proteção Da Distribuição; vii) Gestão e Fiscalização de Distribuição de Energia Elétrica; viii) Cursos de Capacitação para operadores – Introdução do Sistema Elétrico Brasileiro – SEB; e ix) Curso Filosofia de Transformadores Barramento e Linhas de Transmissão.

## 9.4 Plano de Carreira e Remuneração – PCR e Sistema de Gestão de Desempenho – SGD

O Plano de Carreira e Remuneração - PCR, com foco em Competências e Resultados, está estruturado em quatro dimensões: Carreira, Cargos, Remuneração e Desempenho, além das bases conceituais e de informação que sustentaram toda a concepção do modelo. O PCR é aplicado em conjunto com o SGD buscando canalizar os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor. Além disso, busca desenvolver as potencialidades dos empregados e subsidia os processos de Gestão de Pessoas, tais como crescimento na carreira, mobilidade, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho.

O 1º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho foi referente ao período de junho de 2011 a maio de 2012 e 2.173 empregados foram avaliados em competências e resultados. O 2º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho foi referente ao período de janeiro a dezembro e 1.964 empregados foram avaliados. O 3º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão foi referente ao período de janeiro a dezembro de 2014 e 1.627 empregados foram avaliados. O 4º



Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho está em fase de avaliação de competências e resultados e compreende o período de janeiro a dezembro de 2015.

No período de 09 a 10/12/2015 foi realizada a Oficina do Programa de Liderança "Como avaliar, reconhecer e desenvolver sua equipe", e teve como público alvo, as lideranças da empresa: Assistentes de Diretoria, Gerentes de Departamento e Gerentes de Área.

O processo avaliativo abrange a Avaliação de Competências e Avaliação de Metas. A primeira consiste na Avaliação Individual de competências realizada pelo gestor com o empregado sob sua subordinação. A segunda refere-se ao resultado da Meta Empresarial, estipulada pelo CMDE e das Metas de Equipe monitoradas através do programa Gestão à Vista.

## 9.5 Benefícios e Bem-Estar Social

Em 2015 a empresa desembolsou R\$ 24,7 milhões para custear a saúde suplementar de seus beneficiários, que abrange a assistência hospitalar, médica e odontológica.

O Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS possui, aproximadamente, 8.177 beneficiários, sendo 1.765 titulares e 5.532 dependentes. O PPRS conta com 176 credenciados, compostos por profissionais qualificados, que prestam serviços de qualidade aos usuários do plano. Além da garantia de atendimento no Estado do Amazonas, os beneficiários, por meio dos Convênios de Reciprocidades celebrados com a Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A., E-Vida (Eletronorte), Eletros-Saúde, Eletrosul, Fachesf, Forluz e Furnas, podem ser atendidos em todas as regiões do país.

No quadro a seguir estão elencados os principais benefícios oferecidos aos empregados e seus dependentes, bem como, os respectivos recursos aplicados.

Benefícios	Beneficiários	Custo (R\$ mil)
Auxílio Academia	88	37
Auxílio-Creche	231	1.153
Auxílio-Educação (Escolar)	428	2.375
Auxílio-Educação (Superior)	43	261
Auxílio-Alimentação	(*)	21.078
Auxílio-Transporte	(*)	2.511
Auxílio Funeral	29	135
Auxílio Material Escolar	131	228
<b>TOTAL</b>	-	<b>27.778</b>

(\*) Benefício proporcionado a todos os colaboradores próprios da empresa

Visando contribuir para o bem-estar dos empregados, priorizando o desenvolvimento das suas potencialidades biopsicossociais, a Amazonas Energia desembolsou nos programas de qualidade de vida em torno de R\$ 205 mil, para desenvolver as seguintes ações: Campanha de Carnaval, Avaliação Psicossocial, Jogos do SESI, II Corrida Energia Saudável, Quick Massagem, Lançamento da Política de Combate ao Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho, Movimento "Energia do Bem", Programa Mais Vida (visita às agências do interior do Estado levando informações sobre benefícios, qualidade de vida e segurança do trabalho).

## 9.6 Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)

No ano de 2015 foram realizadas 799 inspeções em empregados próprios e 193 auditorias em empresas contratadas, gerando 33 relatórios de inconformidades enviados as áreas por meio de recomendação de segurança a fim de promover ações de correção e prevenir prejuízo à segurança dos empregados próprios e terceirizados. Foram realizadas 42 visitas técnicas às Agências descentralizadas, onde foram inspecionados os ambientes laborais, áreas externas e

áreas de armazenamento de inflamáveis das usinas termelétricas, que originaram relatórios de viagem e recomendações de segurança das não conformidades encontradas, posteriormente enviadas aos departamentos responsáveis. Mensalmente foram divulgados pela *Intranet* os informativos de segurança enfocando diversos temas, tais como: ambiente de trabalho organizado, riscos em máquinas e equipamentos, trabalho seguro, uso de EPI's, dentre outros.

Foram realizados vários treinamentos de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), conforme Norma Regulamentadora NR-5 do MTE, tanto na Capital quanto nas Agências descentralizadas do interior do Estado do Amazonas a saber: (i) No mês de novembro de 2015 foi realizado a 4ª InterCIPA com o objetivo de promover a interação entre as CIPA's com a difusão das melhores práticas e reconhecimento e premiação das CIPA's mais atuantes, gerente *particIPA*tivo, melhor designado da CIPA do interior e melhor torcida organizada; (ii) Em dezembro de 2015 foi realizada a 3ª SIPAT Integrada (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), que consistiu em uma semana especial de segurança do trabalho, com temas variados e a realização de atividades nos diversos estabelecimentos da empresa. Os participantes puderam ouvir palestras sobre DST e AIDS, Segurança no Trânsito, Gerenciamento de Resíduos, Comportamento Seguro, Caracterização do Acidente do Trabalho e Oficina de Estresse; e (iii) Em dezembro de 2015 a SIPAT ocorreu nas Agências de Coari, Itacoatiara e Parintins, com o apoio das CIPA's e designados, e da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - DGPD, também com o objetivo de conscientizar os colaboradores da empresa.

Em 2015 foi realizada a Campanha de Vacinação contra Gripe (H1N1), com a aplicação de 800 doses da vacina nos colaboradores da empresa.

A tabela abaixo mostra a evolução do número de acidentes, acidentes com afastamento e taxa de frequência no período de 2013 a 2015 envolvendo empregados do quadro próprio:

Discriminação	2015	2014	2013
Número de Acidentes	3	7	7
Acidentes com Afastamento	1	5	4
Taxa de Frequência	0,47	1,18	0,89

## ***10. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE***

## **10 SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

### **10.1 Ações de Sustentabilidade**

#### **10.1.1 Programa de Equidade de Gênero e Raça**

A Amazonas Energia é participante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2007, tendo recebido o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça nas 2ª, 3ª 4ª e 5ª edições do Programa. O programa de iniciativa do Governo Federal reafirma os compromissos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. Em 2015, a Companhia executou o plano de ação que consiste no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial, tendo sido agraciada com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça da 5ª edição da Secretaria de Política para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos.

#### **10.1.2 Projeto de Coleta Seletiva**

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006, a empresa desenvolve esse projeto que objetiva a redução do descarte de materiais reciclados. A Comissão de Coleta Seletiva, criada em 2013, é responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados nas unidades da Companhia, bem como, pela divulgação semestral dos resultados dessas ações. Em 2014 foi elaborado o Edital de Credenciamento para a contratação de associações cooperativas de catadores de resíduos sólidos que credenciou a Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental – ARPA, que, em 2015, coletou 3 toneladas de papelão, 12,12 toneladas de papel e 452 kg de plástico.

#### **10.1.3 Projeto Consumo Consciente**

Consiste no desenvolvimento de ações educativas direcionadas ao público interno e externo que objetivam o consumo consciente, contribuindo para as mudanças de hábitos e reduzindo os impactos ambientais e desgaste do meio ambiente. Além disso, é realizado o levantamento periódico de informações sobre o consumo de água, energia elétrica e papel por unidade da Companhia que são divulgadas aos colaboradores com dicas de redução do consumo. Entre as ações desenvolvidas podemos citar: a divulgação de datas importantes, como Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia do Consumo Consciente, etc., atividades de conscientização do público interno e externo, palestras e exposições dos Projetos Ambientais; exposição da casa de eficiência energética, distribuição de cartilhas e informativos, realização interna da Blitz da Energia.

#### **10.1.4 Ações voltadas para a comunidade**

Em 2015, a Empresa realizou as seguintes ações e projetos voltados para a comunidade:

##### **i) Programa de Combate à Violência Sexual Infantil e Juvenil**

O projeto, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), tem como objetivo assegurar a promoção e a proteção dos direitos humanos de criança e adolescente, a fim de que cresçam livres de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Campanha de Combate à Exploração Sexual Infantil e Juvenil, lançada em junho de 2015, foi executada em cumprimento ao plano de ação aprovado por meio da Resolução nº 114/2014 de 29/07/2014. Com a aprovação do Plano de ação pela Diretoria Executiva da Empresa, algumas ações já foram executadas, como: Evento de Lançamento da Campanha em 18 de junho de 2015; Aprovação da Política de Responsabilidade Social que trata sobre as Diretrizes Práticas de Trabalho, itens 4.2.2 - *Combater a exploração sexual infanto-juvenil, o trabalho análogo ao escravo, o assédio moral e sexual em todas as instâncias e qualquer tipo de discriminação, intimidação e constrangimento* e 11.1.2: *Não permitir no âmbito das contratadas qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, e qualquer ação ou material promocional que estimule, inclusive a publicidade, bem como, implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido; foi sugerida a inclusão de cláusula nos modelos de editais de licitação, a serem adotadas nos futuros contratos que serão firmados com a concessionária, a obrigação dos*

fornecedores de produtos e serviços de coibirem qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, sob pena de rescisão contratual.

## ii) Mobilização Social

A Amazonas Energia realizou em 2015 a ação “Mobilização Social” na Escola CMEI Professor Caio Carlos Frota de Medeiros, no Viver Melhor I, bairro Lago Azul, Zona Norte de Manaus/AM. Esse evento teve por objetivo construir um relacionamento com a comunidade oferecendo os serviços da empresa e serviços básicos de acesso à cidadania.

Durante o evento foram realizados 1.542 atendimentos a crianças, adolescentes e adultos. A Amazonas Energia ofereceu serviços de atendimento ao consumidor, informações gerais sobre medidas que incentivam o consumo consciente de energia e esclarecimentos gerais sobre o benefício da tarifa social. O Conselho de Consumidores da concessionária também participou esclarecendo os direitos e deveres aos consumidores de energia elétrica. Diversas instituições e empresas parceiras participaram do evento, sendo oferecidos os seguintes serviços adicionais: carreta da Mulher (mamografia e ultrassonografia), Clínica Vision (Oftalmologia), SETRAB (emissão de carteira de trabalho), SEJUSC (emissão de RG), SEBRAE (orientações para o empreendedor), Faculdade Martha Falcão (atendimento jurídico), Faculdade FAMETRO (serviços de fisioterapia), Faculdade UNINORTE (serviços de estética), Biblioteca do SESC (atividades educacionais), SESI (oficinas de dança), SENAC (corte de cabelo), Manaus Ambiental (atendimento ao público e atividades educativas), SINCOR (informações de seguro DPVAT).

## iii) Parceria UNICEF

A Amazonas Energia participou do evento da UNICEF Festival “ECA e a Participação Social dos Adolescentes”, no dia 18 de julho de 2015, em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no SEST- SENAT, em Manaus. O Festival é fruto da parceria do UNICEF com diversas secretarias do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, empresas privadas, mídia, organizações da sociedade civil e conselhos de direito que estão envolvidos na Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) em Manaus. A PCU é um esforço de vários parceiros para a redução das desigualdades em grandes cidades, como a capital do Amazonas. O objetivo do evento foi desenvolver diversas atividades voltadas à saúde, esporte, lazer e cidadania. O trabalho desenvolvido pela empresa teve como foco a temática de prevenção no Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como o uso eficiente de energia. A ação contou com a realização de dinâmicas, exibição de filme educativo, apresentação da casinha da eficiência energética, apresentação de peça teatral, abordagem educativa para orientação sobre a prevenção ao abuso sexual com entrega de folders e cartilhas.

## iv) Projeto “Horta Comunitária de Silves”

Para executar esse projeto a Amazonas Energia tem a parceria da Associação Solidariedade Amazonas que conta com a participação de 20 famílias num total de 80 pessoas, onde desenvolve atividades de capacitação técnica objetivando a utilização das lições aprendidas em suas propriedades. Para o projeto Horta Comunitária de Silves participaram diretamente do projeto apenas 6 famílias. Em 2015 foram desenvolvidos plantios consorciados de alface e pimentão de onde foram colhidos 3.600 pés de alface e 7,2 toneladas de pimentão gerando uma receita de R\$ 32,4 mil, que foram distribuídos entre as famílias participantes do projeto e na compra de insumos para a continuidade do projeto. Para 2016 haverá a ampliação da participação das famílias no projeto e na área de plantio. Nas áreas cobertas serão plantados alface e pimentão e nas áreas descobertas serão plantados tomates. A expectativa de colheita é de 5 mil pés de alface, 10 toneladas de pimentão e de 7 toneladas de tomates que gerará uma receita bruta de aproximadamente R\$ 50 mil.

## v) Projeto “ABC do Futebol”

O projeto é desenvolvido desde 2009 pela Associação Beneficente de Futebol dos Meninos da Cidade Nova, em Manaus. A Amazonas Energia apoia a ação desde 2014 e o número de crianças atendidas passou de 12 para 142, na faixa etária de 06 a 18 anos. O objetivo é de promover a cidadania através da prática esportiva do futebol, estimular o trabalho em equipe, a disciplina, o respeito mútuo e acompanhar o desempenho escolar dos atletas. No dia 8 de

dezembro de 2015 foram entregues 142 kits esportivos, além de bolas de futebol, redes de campo e uma placa de outdoor. O desenvolvimento dessa atividade beneficia a comunidade e atende a Política de Responsabilidade Social da empresa no item 4.2.6, “Envolvimento e desenvolvimento da comunidade”, que traça como diretriz o incentivo da empresa com projetos sociais e de cidadania.

#### vi) Projeto Telecentro

No dia 02 de dezembro de 2015 a Amazonas Energia inaugurou um centro de inclusão digital, localizado na Associação dos Moradores do bairro Terra Nova II, zona Norte de Manaus. O centro foi construído em parceria com a associação do bairro e com a empresa Descarte Correto, especializada na gestão de resíduos tecnológicos. O projeto conta com 12 computadores instalados e oferecerá cursos de Informática básica e avançada; Web designer; designer gráfico; AutoCAD; desenho técnico; assistente contábil; profissional em hotelaria, dentre outros. Estima-se que 100 alunos (entre crianças, jovens e adultos) sejam beneficiados diretamente com o projeto até o final de 2016. Ao capacitar os alunos, essa iniciativa possibilitará suas inserções no mercado de trabalho e por consequência uma melhora na qualidade de vida da comunidade.

#### vii) Projeto de Cooperação Técnica com IICA

Projeto de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. O projeto tem entre seus objetivos realizar estudos que auxiliem a Eletrobras a desenvolver processos e metodologias para levar o acesso à eletricidade a localidades remotas, bem como fomentar o uso produtivo da energia elétrica como fator de desenvolvimento social nas áreas rurais. Uma das ações é o levantamento de informações sobre comunidades que apresentem capacidade e disponibilidade de realizar parcerias na implantação de empreendimentos que melhore a qualidade de vida da comunidade, cooperando para a produção de alimentos saudáveis e seguros, com inclusão social e produtiva e respeito aos recursos naturais.

## 10.2 Ações de Meio Ambiente

### 10.2.1 Licenciamentos Ambientais

Visando a obtenção das licenças ambientais para a expansão do Sistema de Transmissão no nível de tensão de 138 e 230 kV e, para ampliação da geração de energia no Estado do Amazonas, foram elaborados diversos estudos ambientais, dentre os quais: Relatório Ambiental Simplificado – RAS, Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, Estudo de Gerenciamento de Risco, Investigação Confirmatória e Detalhada de Contaminantes, Inventário Florístico, Monitoramento Arqueológico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial. O quadro a seguir apresenta um resumo das Licenças Ambientais e Autorizações obtidas durante o ano de 2015:

<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>
Licenças Prévia	4
Licenças de Instalação	6
Licenças de Operação	38
Alvará de Construção / Terraplanagem	3
Autorizações	4
Certidão de Viabilidade Ambiental	0
Certidão de Informação Técnica de Uso do Solo	0
<b>Total</b>	<b>36</b>



### 10.2.2 Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental

Em 2015 foram adotadas ações para a melhoria do desempenho ambiental nas Usinas Termelétricas da Amazonas Energia. Foram realizadas 21 Inspeções Ambientais nas usinas termelétricas, onde foram realizados treinamentos e ministradas orientações aos operadores das usinas, sobre a aplicabilidade de 10 instruções técnicas operacionais. Foi também realizado cinco ações de contingência ambiental, com a realização de limpeza e remoção de solo com contaminantes. Tais ações culminaram com a manutenção do baixo quantitativo de multas e passivos ambientais.

### 10.2.3 Programas e Projetos Ambientais

#### i) Projeto Logística e Manufatura Reversa

O objetivo primário é promover a alienação ambientalmente sustentável para empresas recicladoras certificadas, dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição de energia elétrica por meio do Projeto Energia +. De modo a evitar que esses equipamentos retornem de forma clandestina à rede de distribuição ou que tenham parte de seus componentes descartados em lixões, os componentes desses materiais, como o alumínio, cobre, plástico e ferro retornaram à cadeia produtiva como matéria prima para a fabricação de novos materiais/equipamentos. O objetivo secundário do projeto é capacitar as equipes internas para o procedimento de alienação dos materiais inservíveis retirados da rede de distribuição, para empresas recicladoras, devidamente certificadas ambientalmente. Foi contratada a empresa Maxiligas Ind. e Com. de Metais Ltda., a qual possui certificação ambiental ISO 14001, alvará de funcionamento e licença ambiental, objetivando a coleta, transporte e destinação final de 114.000 medidores de energia elétrica. Em 2015 foram alienados para empresas de reciclagem de resíduos sólidos o quantitativo de 38.622 medidores de energia elétrica obsoletos substituídos na rede de distribuição pelas ações do Projeto Energia +. Foi obtida receita financeira de R\$ 36.332,10 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e dez centavos), a qual foi direcionada para o fomento de ações de responsabilidade socioambiental, por meio da Resolução de Diretoria n.º 144/2015 de 15/07/2015. Foram emitidos os certificados de destinação final dos medidores entregues à recicladora, atestando que após a desmontagem dos equipamentos, houve a separação dos componentes, sendo cada um deles destinado como matéria prima à indústria de transformação. Do mesmo modo, por meio do projeto houve um aprimoramento no acondicionamento dos medidores, por meio da utilização de *big bag*'s, material produzido com propileno de alta resistência apropriado para acondicionar materiais de volume reduzido. No mês de dezembro foi realizado o segundo leilão voltado para a destinação de bens inservíveis à logística e manufatura reversa, tendo sido incluídos, além de 70 mil medidores, o quantitativo de 1.873 transformadores e 216 pneus. Com isso, a Amazonas Energia vem promovendo ações que visam o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nas suas atividades, por meio de práticas que promovem o desenvolvimento sustentável.

#### ii) Programa de Monitoramento e Destinação Final de Resíduos

Foram descartados adequadamente, em 2015, em atendimento à legislação ambiental vigente, 5.267 m<sup>3</sup> de efluentes oleosos, que inclui óleo lubrificante usado ou contaminado, água contaminada com óleo, borra oleosa, resíduos provenientes do sistema separador de água e óleo e 687 toneladas de resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações. Os resíduos foram coletados por empresas credenciadas junto aos órgãos ambientais, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos Certificados de Destinação Final, os quais são apresentados ao órgão ambiental para renovação da Licença Ambiental dos empreendimentos da concessionária.

#### iii) Programa de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa

Em 2013 foi institucionalizada a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº 034/2013. Por meio da Resolução

da Diretoria Executiva nº 072/2013, foram aprovadas metas de redução, no período de 2013-2015, entre 1% e 3% do uso de combustíveis fósseis em unidades móveis, em relação a 2012, bem como, a redução no período de 2013-2015 de 10% do consumo próprio de energia elétrica, em relação a 2012. Foi aprovado o Plano de Ação com responsabilidade de diversas áreas da empresa, para o alcance das metas estipuladas. O resultado das ações adotadas para redução de consumo próprio de energia elétrica, em 2015, foi satisfatório, havendo uma redução na ordem de 4,5%, em relação ao mesmo período de 2014. Houve um aumento de consumo de combustível na ordem de 1,5% em relação a igual período de 2014, atribui-se, esse aumento, à nossa frota veicular que já ultrapassa os 05 anos de uso. Já as ações aplicadas para redução de consumo de água foram satisfatórias, pois houve uma redução de 15,5% no consumo próprio de água, conforme mostra a tabela a seguir. Em valores a redução de gastos com consumo de água foi de R\$ 13.282,74. Essa sensibilização do consumo consciente nas unidades administrativas da empresa, na capital e interior, tem ajudado na melhoria do desempenho da política ambiental.

<b>Discriminação</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Varição (%) 15/14</b>
Consumo de Energia – MWh	13.514	14.154	-4,5%
Consumo de Combustível – m <sup>3</sup>	562,664	554,013	1,5%
Consumo de Água – m <sup>3</sup>	16.048	18.985	-15,5%

#### iv) Projeto Semana do Meio Ambiente

Com o objetivo de sensibilizar seus/uas colaboradores/as para a importância dos cuidados com o meio ambiente por meio do consumo consciente de recursos naturais, a Amazonas Energia realizou em junho de 2015, a Semana do Meio Ambiente, voltada para o público interno e externo, na capital. Durante a Semana realizou-se a Blitz da Energia nas salas da Sede, com o objetivo de verificar se todas as salas estariam com suas luzes, ar condicionados, computadores e outros equipamentos desligados; atividades educativas e lúdicas, no período matutino e vespertino, com os/as alunos/as da Escola Municipal Santa Rita de Cássia; palestra nos municípios de Silves e Itacoatiara.

#### v) Projeto Internalização dos Manuais Ambientais

No primeiro semestre de 2015 foi realizado o lançamento na Amazonas Energia do Manual Ambiental de Obras, do Manual Ambiental de Gestão de Resíduos Perigosos e do Manual Ambiental de Gestão de Resíduos Sólidos, contratados por meio do Projeto Energia +. Esses manuais visam o aprimoramento de procedimentos técnicos voltados à redução de impactos ambientais nas atividades da empresa, propiciando a melhoria dos indicadores ambientais e da imagem da empresa perante a sociedade. Como parte do projeto, realizou-se em novembro de 2015, o Workshop de Internalização dos mencionados manuais, ocorrendo a realização de três palestras com a apresentação de representantes da Eletrobras Holding e da Eletrobras Eletronorte e três oficinas simultâneas, com o objetivo de disseminar os manuais ambientais e gerar produtos que possam ser aplicados na empresa.

#### vi) Projeto Soltura dos Quelônios

O Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios Aquáticos – CPPQA é diretamente responsável pela reabilitação, manejo e reprodução de répteis com ênfase nos quelônios da Amazônia apreendidos pelo IBAMA, órgãos ambientais da região e de doação de animais mantidos em cativeiro pela população residente do município de Presidente Figueiredo, Vila de Balbina e de outros municípios do Amazonas. Tem por objetivo realizar estudos com os quelônios afetados pelo barramento do Rio Uatumã, monitorar a reprodução nas praias artificiais e desenvolver pesquisas com os animais mantidos no criadouro científico. Os resultados da reprodução do ano de 2014 com a soltura dos filhotes em fevereiro de 2015 somaram, aproximadamente, 22.000 filhotes. Neste total estão incluídos os filhotes da reprodução no criadouro científico e nas duas praias artificiais da Eletrobras Amazonas Energia, no CPPQA,



além dos filhotes provenientes da reprodução das Comunidades Maracarana (lago Maracarana), Comunidade Bela Vista (lago Calabá) e Comunidade N. S. do Livramento (lago Jaraocá). Desde o início do projeto em 1998 já foram devolvidos à natureza mais de 184.000 mil filhotes de quelônios a partir das atividades de proteção dos ninhos em ambiente natural e de educação ambiental.

#### vii) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O ano de 2015 foram executados, no interior, os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas das Usinas de Itacoatiara, Anamá, Anori, Caapiranga e Codajás totalizando um total de 10.000 m<sup>2</sup> de área recuperada. Na capital ocorre o monitoramento do PRAD da Linha de Transmissão Cachoeira Grande, onde o projeto foi elaborado para mitigar os impactos causados na implantação do empreendimento no Parque Municipal do Mindu e no Corredor Ecológico do Mindu. Foram doadas 1.000 mudas de plantas de várias espécies para o Horto Municipal de Manaus para serem utilizadas no processo de arborização da cidade.

## ***11. GESTÃO***

## **11 GESTÃO**

### **11.1 Orientações Estratégicas e Direcionamentos**

#### 11.1.1 Visão, Missão e Valores

As orientações de caráter estratégico da Amazonas Energia fazem parte do Grupo Eletrobras, quais sejam:

Visão das Empresas Eletrobras: “Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores Companhias do setor elétrico.”

Missão: “Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.”

Valores: “Foco em resultados, Empreendedorismo e Inovação, Valorização e Comprometimento das Pessoas, Ética e Transparência”.

#### 11.1.2 Plano de Negócios

O Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG – 2014-2018 deriva-se de um arcabouço de objetivos e estratégias do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, e contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas, cujo desenvolvimento é imperativo, constituindo-se desta forma numa ação articulada para reagir às ameaças do ambiente externo e fraquezas do ambiente interno.

Todos os projetos do PDNG endereçam, direta ou indiretamente, pelo menos um Objetivo Estratégico Finalístico ou de Gestão e Competências do Plano Estratégico 2010-2020. Para garantir essa integridade e aderência, foram estabelecidas as diretrizes estratégicas para o ciclo do PDNG 2014-2018, que na realidade são direcionadores dos projetos. São elas: expansão sustentável e eficiência operacional.

A **expansão sustentável** objetiva preservar a liderança da Eletrobras no mercado nacional, priorizando a participação em projetos estruturantes no país, e também no exterior, estritamente pautada por critérios de seleção de empreendimentos segundo sua viabilidade técnica e econômico-financeira.

A **eficiência operacional** contempla ações de curto e médio prazo que visam a redução de custo, o aumento de receitas e o aprimoramento da qualidade e segurança do serviço de energia elétrica.

As duas diretrizes serão suportadas, essencialmente, por meio de uma carteira de projetos que se caracteriza pelo seu alto potencial de agregação de valor. Destaca-se ainda, no arcabouço conceitual deste PDNG, a robustez da carteira de projetos ligados ao Modelo de Negócios, Governança e Gestão. Tais projetos, muitos iniciados no PDNG 2013-2017, representam a base técnica de suporte para que as diretrizes aqui propostas reflitam positivamente no Desempenho Econômico-Financeiro da companhia.

### **11.2 Governança Corporativa**

O modelo de governança corporativa baseia-se nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

A Companhia busca o desenvolvimento sustentável por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de seus empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os seus acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

### 11.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu no dia 29 de abril de 2015, ocasião em que foi aprovado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2015, além da destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia. Destacamos, ainda, 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas nos dias 16/06/2015 e 29/12/2015, respectivamente.

A primeira tratou dos seguintes assuntos: i) O modelo para a implementação da desverticalização dos ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia da Companhia (“Modelo de Desverticalização”); ii) Conferência pela Companhia, à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (Amazonas GT), do acervo líquido, mediante a subscrição e integralização pela Companhia de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem emitidas pela Amazonas GT; iii) Ratificar a celebração do Instrumento de Protocolo e Justificação, entre as empresas Amazonas Energia e Amazonas Gt; iv) Ratificar a indicação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade limitada, situada na Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-3 e no Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro sob o nº 005112/O-9 (“Apsis”), como empresa responsável pela avaliação do Acervo Líquido, para os fins do Artigo 8º combinado com o parágrafo terceiro do Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações; v) Aprovação do Laudo de Avaliação, elaborado pela Apsis em 16/04/2015; vi) Emissão, pela Amazonas Energia, de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia e permutáveis por ações de emissão da Amazonas GT (“Debêntures”), a serem integralmente subscritas e integralizadas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”); e vii) Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária.

A segunda tratou da assinatura de Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, número ANEEL nº 020/2001, da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a ser firmado com o Ministério de Minas e Energia (MME), para atendimento a todos os municípios do estado do Amazonas, onde deliberou-se pela decisão proferida em Sede da 164ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, realizada no dia 28/12/2015, qual seja: Por solicitação do Acionista Controlador, houve a retirada de pauta da matéria concernente à prorrogação da concessão da controlada Amazonas Distribuidora de Energia S.A nº ANEEL 020/2001, nos termos do Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015, do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 3.540, de 20 de outubro de 2015, do Ofício nº 3/2015-SE-MME e da Minuta de Instrumento Contratual divulgado pela ANEEL.

### 11.2.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão Colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social da Companhia, reuniu-se 35 vezes durante o ano de 2015. Em 31/03/2015 houve a nomeação do Senhor Antônio Carlos Faria de Paiva, para exercer, a partir de 01/04/2015, o cargo de Diretor-Presidente, para cumprir o período remanescente do mandato iniciado em 24/12/2012, a encerrar-se em 23/12/2015, concomitante foi nomeado para o cargo de Conselheiro de Administração, até a realização da primeira Assembleia Geral. Em 22/09/2015, o Colegiado nomeou o Senhor Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 16/12/2015, o Colegiado elegeu a Diretoria Executiva, objetivando cumprir o mandato no período de 24/12/2015 à 23/12/2018.

O Colegiado é composto por seis membros, sendo que dentre eles um é o Diretor-Presidente da Companhia. Outro, é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e os demais são eleitos na forma do Estatuto Social, respeitadas as disposições legais pertinentes, conforme segue:

<b>Membros</b>	<b>Representação</b>
Marcos Aurélio Madureira da Silva (Presidente)	Eletrobras
Antônio Carlos Faria de Paiva	Eletrobras
Tulio Neiva Rizzo	Ministério de Minas e Energia (MME)
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Robésio Maciel de Sena	Ministério de Minas e Energia (MME)
Lincoln Robert da Costa Souza	Conselheiro eleito pelos Empregados

### 11.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, órgão Colegiado, de caráter permanente, composto por três membros titulares e suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), cujo mandato é de um ano, podendo ser reeleitos, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, respeitado o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº. 757, de 19 de fevereiro de 1993, todos brasileiros e domiciliados no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em 2015, o Conselho Fiscal reuniu-se 15 vezes, para fiscalizar os atos dos administradores da Companhia, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, assim como, pronunciar-se sobre os assuntos de sua competência, sendo composto pelos seguintes membros:

<b>Membros</b>	<b>Representação</b>
Dalton José de Oliveira (Presidente)	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Francisco de Assis Duarte de Lima	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Krisjanis Figueiroa Bakuzis	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

### 11.2.4 Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação. Reuniu-se ordinariamente uma vez por semana, com a maioria de seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. No ano de 2015, foram realizadas 59 reuniões, objetivando assegurar o funcionamento regular da Companhia.

Em 31/03/2015, se realizaram as eleições do Senhor Antônio Carlos Faria de Paiva, para exercer o cargo de Diretor-Presidente, do Senhor Eduardo de Xerez Vieiralves, para o cargo de Diretor de Operação, e do Senhor José Francisco Albuquerque da Rocha, para o cargo de Diretor de Geração Distribuída, Diretoria esta criada em função da extinção da Diretoria de Regulação e Projetos Especiais. Em 28/04/2015 por meio da Deliberação nº 028/2015 foram realizadas as adequações na Estrutura Organizacional da Companhia, onde foram alteradas as nomenclaturas da Diretoria de Operação, para Diretoria de Operação da Capital, e da Diretoria de Geração Distribuída, para Diretoria de Operação do Interior. Em 29/07/2015, houveram as eleições da Senhora Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha para o cargo de Diretora Comercial e a do Senhor Renato de Oliveira Guerreiro para o cargo de Diretor de Gestão. Em 04/12/2015, houve a eleição do Senhor Paulo Eduardo Gama Maciel para o cargo de Diretor de Operação da Capital. Em 16/12/2015, a Diretoria Executiva foi eleita para cumprir o mandato de 24/12/2015 à 23/12/2018.

A Diretoria Executiva encerrou o exercício social de 2015, composta pelos seguintes membros:

<b>Membros</b>	<b>Diretoria</b>
Antônio Carlos Faria de Paiva	Presidência
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Financeira
Renato de Oliveira Guerreiro	Gestão
Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha	Comercial
Marcos Vinícius de Almeida Nogueira	Planejamento e Expansão
Paulo Eduardo Gama Maciel	Operação da Capital
José Francisco Albuquerque da Rocha	Operação do Interior

## **11.3 Auditoria**

### **11.3.1 Auditoria Interna**

A Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração e tem como função geral a execução de atividades inerentes à natureza e especialização de auditoria, segundo os padrões usuais aplicáveis, visando avaliar a adequação e a efetividade dos métodos e sistemas de controle interno, estabelecidos nos planos e políticas da Administração Superior da Companhia e a observância dos princípios, orientações, normas e legislação emanadas dos Organismos Externos de Controle e Fiscalização e dos Poderes da União.

Conforme estabelecido em seus normativos, a Auditoria Interna atua com independência hierárquica e funcional das áreas auditadas, tendo acesso a toda e qualquer informação, arquivo ou dependência da empresa. A execução de suas atividades está sob a coordenação do gerente, função de confiança.

### **11.3.2 Atividades de Controle Interno**

As ações de auditoria interna da Amazonas Energia previstas para o exercício de 2015 constaram no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2015, aprovado pelo Conselho de Administração por intermédio da Deliberação n. 044/2014, de 16/12/2014.

Em síntese, as principais atividades previstas e realizadas no exercício, foram assim distribuídas: **i)** Auditoria de Processos - Foram realizados os 9 testes previstos nos diversos processos da empresa previstos no PAINT/2015, que demandaram uma carga horária de 6.794 horas, equivalentes a 24,3% das horas realizadas pela unidade de Auditoria no exercício e **ii)** Auditoria de Agências - Foram realizados testes nas 15 Agências previstas no PAINT/2015 - sede dos municípios e localidades - consumindo 5.341 horas, equivalente a 19,1% das horas efetivas realizadas.

As demais horas realizadas pela equipe de Auditoria Interna foram empregadas em atividades como: análises de auditoria solicitadas pela Alta Administração e Conselhos de Administração e Fiscal; certificação de processos - Lei Sarbanes Oxley – SOX; atendimento às diligências e follow-up - TCU, CGU, Eletrobras e KPMG; treinamento para auditores; ações de desenvolvimento institucional da Auditoria Interna; processo de prestação de contas anual; elaboração do PAINT/2016 e RAIN/2015; atividades de apoio ao gerenciamento da Auditoria e atividades de apoio administrativo.

Cabe ressaltar ainda, que ao longo do exercício, a Auditoria Interna efetuou o acompanhamento das ações promovidas ou não pelas diversas áreas auditadas em relação às recomendações e sugestões destacadas nos seus relatórios, dando conhecimento às Diretorias e Conselhos, mediante relatórios trimestrais de acompanhamento e encaminhando mensalmente aos gerentes

a posição das eventuais pendências. Considerando o cumprimento das atividades previstas, nossa avaliação é positiva em relação aos resultados alcançados no exercício de 2015.

### 11.3.3 Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo

No decorrer do exercício de 2015, no que concerne à atuação de organismos governamentais de fiscalização, observou-se marcante atuação do TCU e CGU/AM.

Todos os processos relativos ao TCU foram acompanhados pela Companhia, inclusive o processual. Periodicamente, são expedidos relatórios à alta Administração informando, resumidamente, a situação atualizada de cada processo em tramitação no Órgão de Controle Externo, objetivando, nos casos em que couber prestar informações tempestivas de defesa em relação às não conformidades apontadas.

Quanto à CGU/Secretaria Federal de Controle Interno, cabe destacar que no exercício de 2015, o Órgão realizou além das demais diligências, a Auditoria Anual de Gestão, correspondente ao exercício de 2014, que culminou com a expedição do Relatório n. 201503909, de 14/8/15. Destaca-se que a Amazonas Energia apresentou tempestivamente à CGU um Plano de Providências Permanente específico para cada uma das constatações do mencionado Relatório, objetivando a remediação das impropriedades apontadas.

## 11.4 Lei Sarbanes-Oxley – SOX

A Eletrobras, por ter títulos mobiliários negociados no mercado financeiro dos Estados Unidos, mais especificamente na bolsa de valores de Nova Iorque, está sujeita às obrigações impostas pela SOX, incluindo todas as Companhias sob seu controle.

Uma das obrigações estabelecidas na legislação americana trata-se das informações econômicas financeiras contidas nos Demonstrativos Contábeis, exigindo que as Companhias adotem sistemáticas de documentação e de controles internos para seus processos que dão origem aos números que irão compor os relatórios apresentados aos interessados (acionistas, mercado financeiro, fornecedores, etc.).

Para tanto está em desenvolvimento o Projeto SOX, que é composto das seguintes fases: Fase 1 (Planejamento geral do projeto, compreensão da definição de controle interno, organização da equipe de trabalho e avaliação do controle interno no nível da entidade); Fase 2 (Compreensão e avaliação dos controles internos em nível de processo, transação ou aplicação); Fase 3 (Avaliação da eficácia de forma geral, identificação de pontos a serem aprimorados e estabelecimento de sistemas de monitoramento e certificação da administração sobre os controles internos).

Os processos considerados relevantes e que são objeto de adequação à Lei Americana, são selecionados em função da materialidade das principais contas contábeis da Companhia, mediante procedimento específico. Quanto às atribuições de execução do Processo SOX na Amazonas Energia, a Auditoria Interna é responsável pela coordenação das atividades dos testes da administração dos processos e pelas atividades de apoio aos testes de certificação do Auditor Externo, ficando as fases de mapeamento de processos e remediação de gaps, sob a responsabilidade da Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos – PRRC.

De acordo com a revisão de materialidade dos processos, a Amazonas Energia trabalhou 28 processos relevantes no escopo SOX do exercício de 2015, quais sejam:

Processos obrigatórios: (i) 23 (vinte e três) são da área de Negócios: CCC3 – Gestão para o Recebimento do Reembolso da CCC, CPR1 - Compra de Energia (Longo Prazo) / PROINFA / Uso da Rede Elétrica, CPR2 – Compra de Energia (Curto Prazo), CTB1 – Lançamentos Manuais, CTB2 - Reconciliação/Análise de contas - Fechamento contábil mensal, CTB3 - Preparação das Demonstrações Financeiras / Trimestral e Balanço Anual, CTB5 – Provisões, CTG1 – Gestão do Contencioso, EMP2 – Empréstimos e Financiamentos Obtidos, FIN2 -



Recebimento (todas as naturezas e PCLD), FIN3 – Pagamentos (Todas as Naturezas), FIN6 – Operações com derivativos embutidos, variação cambial e juros, IMZ1 – Controle Patrimonial, IMZ3 – Impairment e Contrato Oneroso, MAT3 - Compras Convencionais e de Combustível/Contratos de Serviços/Gestão de Fornecedores/Recebimento, PRC1 – Previdência Complementar, REC1 - Venda de Energia, REC2 - Faturamento de Energia, RHM1 – Gestão de folha de Pagamento, TBT1 - Apuração e Obrigações Acessórias (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), TBT2 - Apuração e Obrigações Acessórias (Retenções na Fonte: Lei 10.833, artigo 30 a 36 e INSS), TBT3 - Apuração e Obrigações Acessórias (ICMS), TPR1 – Transações com Partes Relacionadas, (ii) 04 (quatro) são de Controles Gerais de Tecnologia da Informação – TIGC: TEC1 - Gerenciamento de Mudanças, TEC2.1 - Controle de Acesso Físico e Ambiental, TEC2.2 - Controle de Acesso Lógico e TEC3 - Operações de TI, e (iii) o processo de Controles da Alta Gestão – Entity Level.

Todos os gaps apontados tanto nos Testes de Administração, quanto pela Auditoria Externa, nos Testes de Certificação, são tratados pela Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos – PRRC, onde as ações de remediação dos gaps são definidas e monitoradas junto aos gestores responsáveis.

Para a execução deste processo, a Auditoria Interna consumiu 1.114 horas no exercício de 2015, considerando as fases de testes de administração e apoio aos testes de certificação.

## **11.5 Tecnologia da Informação**

Focada no suporte aos processos de negócio, fundamentais para o alcance das metas institucionais, a Diretoria Executiva manteve os investimentos e patrocínio das ações de tecnologia da informação e comunicações. Os resultados foram:

### **11.5.1 Segurança da Informação**

No que tange à proteção contra ameaças e ataques cibernéticos, as tecnologias de proteção corporativas de segurança de conteúdo foram atualizadas, e ampliadas no segmento de redes e e-mail, além da própria segurança em estações clientes e servidores acarretando em maior disponibilidade dos serviços.

Mantendo-se no tema proteção contra ameaças de rede e ativos de informação, a solução firewall foi substituída por um firewall a nível de aplicação (camada 7 TCP/IP), trazendo um ganho na gestão dos recursos de TI, inclusive com relatórios executivos.

Foram iniciados os estudos para a segmentação da rede de computadores que proporcionará mais desempenho, confiabilidade e integridade no tráfego de informações, estas, muitas vezes de cunho confidencial.

Foi atualizada a política de segurança da informação de forma acompanhar a evolução tecnológica e jurídica, conforme resolução nº222/2015 de outubro de 2015.

### **11.5.2 Melhoria de Desempenho**

Os investimentos em novas tecnologias de banco de dados permitiram a melhoria de disponibilidade dos serviços, garantindo a continuidade do negócio da empresa.

Foi implantado o serviço de monitoramento de aplicação, com tratamento corretivo e reativo, possibilitando a rápida identificação e customização para maior desempenho das aplicações de serviços fim, tais como AJURI, SGTD, SGA, SDM entre outros.

Foram iniciados os estudos para a segmentação da rede de computadores que proporcionará mais desempenho e disponibilidade dos serviços de rede.



### 11.5.3 Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Foi homologado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC contendo o planejamento das ações de 2014 a 2016 de maneira alinhada com as necessidades levantadas junto às áreas de negócio e às metas corporativas.

A Equipe de Tratamento de Incidentes e Resposta a Redes Computacionais – ETIR, coordena a resposta aos incidentes criando os processos de resposta alinhados às normas vigentes e sugerindo atualização destas.

O Comitê de Gestão de Mudanças de TIC - COGEM, garante que as mudanças sejam registradas, avaliadas, autorizadas, priorizadas, planejadas, testadas, implementadas, documentadas e analisadas de forma controlada, considerando os riscos de falhas na mudança, com planos para reestabelecimento dos serviços de TIC em caso de falhas na mudança, avaliando o impacto das mudanças na disponibilidade e desempenho dos serviços de TIC, reduzindo de maneira satisfatória o índice de indisponibilidade de TIC.

Criada através da Resolução nº 190/2011, o comitê de tecnologia da informação, automação e telecomunicações executa seus trabalhos com a finalidade de gerenciar as demandas e solicitações das diversas áreas da empresa, priorizando estrategicamente os projetos, em função dos recursos pessoais, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, bem como intervir e alterar a realidade por meio de planejamento de ações que disponibilizem a melhor infraestrutura para atendimento futuro das demandas.

### 11.6 Escritório de Projetos

O Escritório de Gestão de Projetos da Amazonas Energia tem se consolidado como importante assessoria à alta administração da empresa no que concerne ao acompanhamento de alguns dos seus projetos estratégicos. Atualmente, a carteira do EGP possui em carteira um total de 14 projetos em andamento, com orçamento total estimado de R\$ 259 milhões, abaixo relacionados:

Nome do Projeto	Área gestora	Valor do Projeto (R\$ Mil)
Digitalização de Redes e Qualidade de Energia	DPD	14.254
Digitalização de UC MT e BT	DCM	54.890
Substituição de Medidores Obsoletos	DCM	10.661
Telemedicação de Alimentadores de Média Tensão	DCM	1.690
Regularização de UC's em áreas com PNT>50%	PLPT	82.976
Logística e Manufatura Reversa	PRS	32
Modernização de Infraestrutura de Redes	DGT	4.451
Implantação do e-Social	DGP	0
NAE - Núcleo de Arrecadação	DC	7.626
Revisão e Padronização dos Processos e Normas Comerciais	DCA	867
Recadastramento de UC	DCFL	9.745
Implantação da SE Centro	DPE	71.610
<b>Total</b>		<b>258.802</b>

Em 2015, o Escritório de Projetos formou a 2ª turma de gestores de projetos com um total de 29 colaboradores que estão aptos a atuarem como líderes de projetos de suas respectivas áreas. Atualmente, outra turma com 60 colaboradores estão participando da 2ª trilha de capacitação. A trilha de capacitação está estruturada com cursos técnicos (módulos de gerenciamento de projetos) e cursos comportamentais, tais como: reunião eficaz, negociação e conflitos, coaching, liderança, etc.

O Escritório de Projetos atuou na condução de reuniões de informe de progresso dos projetos entre Diretores (Patrocinadores), líderes e equipes de projetos. Foram desenvolvidos relatórios executivos com dashboard com informações de prazo, custo, riscos, avanços e pontos críticos de cada projeto. Esses relatórios são enviados mensalmente à Diretoria Executiva, Assistentes e Gerentes Funcionais.

## 11.7 Comunicação

A Assessoria de Comunicação Social e Relações Institucionais, tem como principal objetivo aprimorar o relacionamento da alta gestão com colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e meios de comunicação, por meio da divulgação de informações atualizadas, em tempo real, e dessa forma tornar as atividades empresariais transparentes para o público interno e externo.

Para se comunicar com o público externo a Empresa fez uso das mídias tradicionais (jornais impressos, rádio e TV) e utilizou as mídias sociais (Facebook), estreitou o relacionamento com a imprensa, realizou eventos, gerenciamento da marca, publicidade legal e institucional. As principais campanhas divulgadas no ano de 2015 estão elencadas no quadro a seguir:

Campanhas	Período	Descrição	Estratégia
Tarifa Social – Fase 1 e 2	19/01 a 31/03	Campanha corporativa com o objetivo de	Divulgação de spots com informações sobre datas e outros referentes à Tarifa Social em todas as rádios autorizadas pela Secom.
Minuto da Energia	20/02 a 10/03	Divulgação das ações realizadas, dicas de uso eficiente de energia, direito e deveres dos consumidores e serviços oferecidos pela empresa por meio de programas de um minuto veiculados nas rádios locais.	Utilização de spots com veiculação dos temas mencionados em todas as rádios durante o período da campanha.
Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	02/06 a 04/07	Campanha interna com o objetivo de atender ao Plano de Ação da Resolução nº 114/2014, o qual trata da Institucionalização da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.	Sensibilização dos colaboradores por meio de banners (impressos e virtuais), cartazes, folders, informativos e palestras.
Campanha Bandeiras Tarifárias	01/06 a 30/06	Teve o objetivo de divulgar o sistema de Bandeiras Tarifárias levando a sociedade mais informações a respeito do assunto.	Veiculação de spots com o tema em todas as rádios durante o período da campanha, além da distribuição de cartilhas e folders.
Campanha de Segurança	19/09 a 30/09	Campanha com o objetivo de conscientizar a população a respeito dos perigos com o uso indevido da energia.	Veiculação de spots e vídeos com o tema em todas as rádios e emissoras de TV locais durante o período da campanha.
Dicas de Economia de Energia	01/10 a 31/10	Campanha com objetivo de divulgar dicas de uso eficiente de energia, no qual destacam-se o uso de lâmpadas, o selo procel e aumento da demanda de energia.	Veiculação de vídeos com o tema em todas as emissoras de TV locais durante o período da campanha.
Campanha de 'Ações realizadas pelo LPT'	01/11 a 30/11	Campanha com objetivo de divulgar o resumo das ações realizadas pelo programa Luz Para Todos no Amazonas.	Veiculação de vídeos com o tema em todas as emissoras de TV locais durante o período da campanha.
Campanha 'Tire suas dúvidas com o Elétrico'	08/12 a 31/12	Campanha cujo personagem 'Elétrico' informa a população alguns temas importantes como interrupções intempestivas e programadas, serviços e Tarifa Social.	Veiculação de spots e vídeos com o tema em todas as rádios e emissoras de TV locais durante o período da campanha.
Campanha de Incentivo à adimplência	10/12 a 31/01/16	Campanha com o objetivo de divulgar os prazos para negociação de débitos.	Postagens no Facebook, spot veiculados em carro de som em algumas localidades do interior, matérias em rádios e TVs locais, banners veiculados no What's app.

A gestão da assessoria de imprensa administrou a relação da Empresa com a imprensa local e entidades de classe, acompanhando a diretoria em visitas de cortesia e reuniões externas,

monitorando as notícias negativas e positivas veiculadas na mídia e redes sociais, apresentando as ações positivas da Empresa, por meio de releases ou sugestões de pautas, realizando entrevistas e coletivas de imprensa, dentre diversas atividades.

Vale destacar, que durante os últimos anos, a Empresa conseguiu melhorar seu relacionamento com a imprensa através de ações de aproximação, como visitas de cortesia e entrevistas com o corpo gerencial da Amazonas Energia. Como reflexo desse bom relacionamento com a mídia a maioria dos releases jornalísticos foram publicados nos principais veículos de comunicação de forma espontânea, ou seja, sem nenhum valor desembolsado pela empresa.

A comunicação com seus colaboradores passou por atualizações de *layout* de forma a chamar ainda mais a atenção do público alvo, por meio de ferramentas já conhecidas de seus usuários (intranet, Outlook, ICQ), onde foram divulgados vários assuntos relacionados a todas as áreas da empresa, dentre os quais se destacam: informativos sobre os departamentos, matérias jornalísticas, normas internas, eventos e campanhas diversas.

Por meio de diversas campanhas e eventos internos promovidos pelos próprios departamentos procurou-se atingir o foco principal da comunicação interna que foi a valorização dos funcionários, por meio da integração de todos os setores, motivando-os a construir um ambiente harmônico com sólidas relações pessoais.

Comprometida com a transparência na gestão pública, a Amazonas Energia divulga em seu site ([www.eletobrasamazonas.com](http://www.eletobrasamazonas.com)) os links “*Processos de Contas Anuais*” onde são apresentados os Relatórios Institucionais da empresa, “*Acesso à Informação*” contendo dados de interesse coletivo com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública e “*Carta de Serviços ao Cidadão*”, onde são disponibilizados todos os procedimentos comerciais necessários à realização do atendimento ao cliente.

## ***12. PRÊMIOS CONQUISTADOS***

## **12 PRÊMIOS CONQUISTADOS**

### **12.1 Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é um dos principais programas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e o Selo é uma forma de reconhecimento do bom trabalho desenvolvido pelas organizações participantes. A Amazonas Energia recebeu o Selo pela 4ª vez em 5 edições do programa. Em 2015, a Companhia executou satisfatoriamente as ações que consistem no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial, tendo sido auditada, de maneira muito positiva, por técnico da Secretaria de Política para as Mulheres. Trata-se de conquista importante, pois, somente recebe o Selo, a organização/empresa que cumprir com as etapas, os objetivos, as diretrizes, os princípios e as metas do programa, expressos qualitativamente e quantitativamente no Plano de Ação, aprovados pela Coordenação do Programa.

### **12.2 Premio Nacional do Instituto Socioambiental Chico Mendes**

A Amazonas Energia recebeu, em 2015, o Prêmio Socioambiental Chico Mendes. A entrega foi realizada no 2º Fórum Empresarial Chico Mendes de Sustentabilidade no Clube Sírio em São Paulo. A premiação foi recebida por meio do Projeto Miniestação de Coleta, Tratamento e Reuso de Óleos Lubrificantes em Centrais Termelétricas do Interior do Amazonas, o qual foi analisado no âmbito do Programa de Certificação pelo Compromisso com a Gestão Socioambiental do Instituto Socioambiental Chico Mendes, e foi escolhido dentre diversos projetos de empresas de todo o país, tendo obtido avaliação “muito bom” ou “bom” em todos os indicadores. O projeto tem sido aplicado na Usina Termelétrica de Novo Airão, estando de acordo com a lei nº 12.305, de 02/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e envolveu o desenvolvimento de equipamento para o processo de reciclagem de óleo lubrificante no processo de geração de energia elétrica, considerando a máxima eficiência com o menor custo de produção. O prêmio representa o cuidado da distribuidora em preservar o meio ambiente por meio do desenvolvimento de pesquisas que reduzam o impacto no processo de geração de energia elétrica nos municípios.

### **12.3 As 150 Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas - PGPS Brasil**

#### **2015**

A Amazonas Energia recebeu no dia 27 de agosto de 2015 a certificação e premiação como uma das 150 empresas melhores em práticas de gestão de pessoas no Brasil. O evento foi realizado no Auditório da Universidade Anhembi Morumbi em São Paulo. O destaque regional e estadual da premiação foi para a Gerência de Gestão de Pessoas (DGP), da Eletrobras Distribuição Amazonas.

A pesquisa foi feita através de um levantamento que mapeou entre as melhores empresas do Brasil, quais os programas que estão sendo executados para o bem-estar dos colaboradores. A pesquisa avaliou também se as empresas desenvolviam práticas inovadoras em gestão de pessoas como: liderança, diversidade, desenvolvimento de pessoas, qualidade de vida, comunicação e investimentos na melhoria dos colaboradores e de si mesma.

## ***13. BALANÇO SOCIAL***

**13 BALANÇO SOCIAL**


Balanço Social Anual / 2015 Empresa: Amazonas Distribuidora de Energia S/A							
		2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
<b>1 - Base de Cálculo</b>							
Receita líquida (RL)		2.620.767			3.630.224		
Resultado operacional (RO)		-2.344.048			-342.734		
Folha de pagamento bruta (FPB)		183.720			184.689		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>		<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação		21.078	11,47%	0,80%	31.961	17,31%	0,88%
Encargos sociais compulsórios		76.141	41,44%	2,91%	83.636	45,28%	2,30%
Previdência privada		6.780	3,69%	0,26%	7.139	3,87%	0,20%
Saúde		24.693	13,44%	0,94%	21.799	11,80%	0,60%
Segurança e saúde no trabalho		67	0,04%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Educação		2.636	1,43%	0,10%	3.133	1,70%	0,09%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.183	1,19%	0,08%	1.510	0,82%	0,04%
Creches ou auxílio-creche		1.153	0,63%	0,04%	1.334	0,72%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados		11.567	6,30%	0,44%	17.324	9,38%	0,48%
Outros		3.461	1,88%	0,13%	3.884	2,10%	0,11%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>		<b>149.759</b>	<b>81,51%</b>	<b>5,71%</b>	<b>171.722</b>	<b>92,98%</b>	<b>4,73%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>		<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação		1.010	-0,04%	0,04%	492	-0,14%	0,01%
Cultura		0	0,00%	0,00%	34	-0,01%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>		<b>1.010</b>	<b>-0,04%</b>	<b>0,04%</b>	<b>526</b>	<b>-0,15%</b>	<b>0,01%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)		724.567	-30,91%	27,65%	655.243	-19,18%	18,05%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>		<b>725.577</b>	<b>-30,95%</b>	<b>27,69%</b>	<b>655.769</b>	<b>-19,133%</b>	<b>18,06%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>		<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		3.288	-0,14%	0,13%	1.705	-0,50%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	7.978	-2,33%	0,22%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>		<b>3.288</b>	<b>-0,14%</b>	<b>0,13%</b>	<b>9.683</b>	<b>-2,83%</b>	<b>0,27%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		( X ) cumpre de 51 a 75%			( X ) cumpre de 51 a 75%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>		<b>2015</b>					<b>2014</b>
Nº de empregados(as) ao final do período		1.736					2.110
Nº de admissões durante o período		132					10
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		652					1.740
Nº de estagiários(as)		58					69
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		911					1.092
Nº de mulheres que trabalham na empresa		284					323
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		23,81%					22,10%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		701					897
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		48,14%					49,47%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		2					4
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		<b>2015 Valor (Mil reais)</b>			<b>2014 Valor (Mil reais)</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		32,41			27,61		
Número total de acidentes de trabalho		6			7		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		( X ) direção e gerências			( X ) direção e gerências		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		( X ) todos(as) + Cipa			( X ) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		( X ) incentiva e segue a OIT			( X ) incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:		( X ) todos(as) empregados(as)			( X ) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:		( X ) todos(as) empregados(as)			( X ) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		( X ) são sugeridos			( X ) são sugeridos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		( X ) organiza e incentiva			( X ) organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa: 461.216	no Procon: 1.791	na Justiça: 1.957	na empresa: 423.128	no Procon: 823	na Justiça: 1.903
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 82,15%	no Procon 100%	na Justiça 56%	na empresa 94,08 %	no Procon 17,19%	na Justiça 15,6%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		<b>Em 2015 : R\$ 1.279.410</b>			<b>Em 2014 : R\$ 2.612.007</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		62,54% governo	20,10 % colaboradores(as)	0% acionistas	28,29% governo	10,44 % colaboradores(as)	0% acionistas
		186,69% terceiros (169,32)% retido			74,39% terceiros (13,12)% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>							
<p><b>ISE 2015:</b> Em 2015 foi reafirmado por meio do ISE o compromisso da empresa em contribuir para a consolidação de um ambiente de investimento, alinhado com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e compatível com as demandas da sociedade. <b>Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI:</b> A Companhia elabora em conjunto com outras empresas do Sistema Eletrobras seu relatório de Sustentabilidade no padrão Global Reporting Initiative (GRI), modelo considerado padrão internacional de relatórios de Sustentabilidade além de mais completo e abrangente. <b>Pacto Global:</b> A Companhia é signatário do Pacto Global e apóia os Dez Princípios relacionados a Direitos Humanos; Direitos do Trabalho; Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção em todas as suas formas. <b>Programa Pro-igualdade de Gênero e Raça:</b> Em 2015, a Companhia executou satisfatoriamente ações que consistem no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial, tendo sido auditada, de maneira muito positiva, por técnico da Secretaria de Política para as Mulheres. <b>Prêmio Socioambiental Chico Mendes:</b> A Companhia recebeu o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, premiação recebida por meio do Projeto Ministação de Coleta, Tratamento e Reuso de Óleos Lubrificantes em Centrais Termelétricas do Interior do Amazonas, o qual foi analisado no âmbito do Programa de Certificação pelo Compromisso com a Gestão Socioambiental do Instituto Socioambiental Chico Mendes, e foi escolhido dentre diversos projetos de empresas do todo ocpaís, tendo obtido avaliação "muito bom" ou "bom" em todos os indicadores.</p>							

  
**Antônio Carlos Faria de Paiva**  
Diretor-Presidente

  
**Paulo Roberto dos Santos Silveira**  
Diretor Financeiro

  
**Renato de Oliveira Guerreiro**  
Diretor de Gestão

  
**Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha**  
Diretora Comercial

  
**Marcos Vinícius de Almeida Nogueira**  
Diretor de Planejamento e Expansão

  
**Paulo Eduardo Gama Maciel**  
Diretor de Operação da Capital

  
**José Francisco Albuquerque da Rocha**  
Diretor de Operação do Interior